

DÉBORA PATRÍCIA DOS PASSOS PENA

**VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE
CONTRA A MULHER: IMPACTOS NA VIDA
PROFISSIONAL**

Orientadora: Prof^a. Doutora Sílvia Luís

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Psicologia e Ciências da Vida**

Lisboa

2024

DÉBORA PATRÍCIA DOS PASSOS PENA

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa no dia 08/11/2024, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 877/2024, de 24 de Março, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor(a) Rui Filipe Gaspar de Carvalho; Arguente: Prof^ª. Doutora Andreia Patrícia Guimarães Machado (CUP-UL); Orientadora: Prof^ª. Doutora Sílvia Luís

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE CONTRA A MULHER: IMPACTOS NA VIDA PROFISSIONAL

Orientadora: Prof^ª. Doutora Sílvia Luís

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Psicologia e Ciências da Vida**

Lisboa

2024

Dedico este trabalho à minha família, cujo amor, apoio e sacrifícios tornaram possível esta jornada.

Em especial à minha eterna e amada avó, Ana.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho de pesquisa.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora Sílvia, pelo seu apoio contínuo e valiosas contribuições ao longo deste projeto. Em momentos de dúvida e dificuldade, pude contar não apenas com o seu excelente apoio acadêmico, mas também a sua empatia e apoio emocional ao longo deste percurso desafiador.

À Professora Cláudia Camilo, pela sua colaboração no desenvolvimento do projeto.

Aos meus pais e irmãos, agradeço por todo o sacrifício que fizeram para me proporcionar oportunidades e pelo constante incentivo a seguir os meus sonhos. Por acreditarem em mim, fui capaz de alcançar este objetivo.

Ao meu marido, agradeço por estar sempre ao meu lado com palavras de ânimo nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, obrigada pelo apoio e pelas chamadas de atenção quando precisei. Cada um de vocês desempenhou um papel crucial no sucesso deste projeto.

Resumo

A presente revisão sistemática da literatura procurou responder à questão de investigação “Quais são os impactos da violência por parceiro íntimo (VPI) na produtividade laboral de mulheres empregadas vítimas de VPI, considerando medições objetivas e subjetivas, com base em estudos quantitativos, qualitativos e de métodos mistos?”, seguindo as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis (PRISMA). A pesquisa bibliográfica realizou-se na Web of Science, Psycinfo, Scopus e PubMed, em 10 de março de 2024, sendo pesquisados artigos entre 2009 e 2024. Cinco estudos cumpriram os critérios do estudo. Verificou-se que a VPI se associa a sintomas cognitivos e emocionais, como dificuldades de concentração e irritabilidade no trabalho, e afeta negativamente a produtividade das mulheres podendo levar ao absentismo e turnover. Destacam-se lacunas importantes, como a falta de estudos em regiões diversas, sobre o impacto do COVID-19 e do aumento do teletrabalho e sobre potenciais benefícios do trabalho para as vítimas de VPI e sobre a eficácia das intervenções. Sublinha-se a importância de uma abordagem integrada que considere tanto as dimensões pessoais quanto organizacionais da VPI, e propõe a implementação de estratégias abrangentes para apoiar efetivamente as vítimas e melhorar as suas condições de trabalho.

Palavras-chave: Violência nas relações de intimidade; Trabalho; Violência doméstica; Produtividade; Mulheres; impacto profissional

Abstract

This systematic literature review sought to answer the research question “What are the impacts of intimate partner violence (IPV) on the labor productivity of employed women who are victims of IPV, considering objective and subjective measurements, based on quantitative, qualitative and mixed methods studies?”, following the guidelines of the Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis (PRISMA). The bibliographic search was carried out on Web of Science, Psychinfo, Scopus and PubMed, on March 10, 2024, and articles were searched between 2009 and 2024. Five studies met the study criteria. It was found that IPV is associated with cognitive and emotional symptoms, such as concentration difficulties and irritability at work, and negatively affects women's productivity, which can lead to absenteeism and turnover. Important gaps are highlighted, such as the lack of studies in different regions, on the impact of COVID-19 and the increase in teleworking, and on the potential benefits of work for victims of IPV and the effectiveness of interventions. It underlines the importance of an integrated approach that considers both the personal and organizational dimensions of IPV and proposes the implementation of comprehensive strategies to effectively support victims and improve their working conditions.

Keywords: Violence in intimate relationships; Work; Domestic violence; Productivity; Women; professional impact

Abreviaturas e Símbolos

CDC – Centers for Disease Control and Protection

DH – Department of Health

RASI - Relatório anual de segurança interna

UNO – United Nations Organization

VPI – violência nas relações de intimidade

WHO – World Health Organization

Índice Geral

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Abreviaturas e Símbolos	7
Índice Geral.....	8
Índice de Quadros.....	10
Índice de Figuras	11
Introdução	12
Capítulo 1 Enquadramento Teórico	16
<i>Estado da Arte</i>	<i>16</i>
1.1 <i>Violência por Parceiro Íntimo (VPI)</i>	<i>16</i>
1.2 <i>Fatores de risco e Modelos de compreensão da VPI.....</i>	<i>17</i>
1.2.1 <i>COVID-19 como um fator de risco</i>	<i>21</i>
1.3 <i>Impactos da VPI</i>	<i>21</i>
1.3.1 <i>Impactos da VPI no trabalho e na produtividade</i>	<i>22</i>
1.3.2 <i>Impactos da VPI na produtividade laboral</i>	<i>27</i>
Capítulo 2 Metodologia	31
2.1 <i>Método.....</i>	<i>31</i>
2.1.2 <i>Estratégia de pesquisa e seleção dos estudos.....</i>	<i>31</i>
2.1.2 <i>Extração da informação e avaliação da qualidade dos estudos.....</i>	<i>33</i>
Capítulo 3 Resultados.....	34
Capítulo 4 Discussão.....	47

Capítulo 5 - Conclusões do estudo	50
Referências	51
Apêndice 1 – tabelas de análise de Critérios de avaliação da qualidade dos estudos	1

Índice de Quadros

Quadro 1. Sinais e sintomas de mudança de comportamento no local de trabalho de mulheres vítimas de VPI	26
Quadro 2. Metodologia SPIDER.....	32
Quadro 3. Análise dos artigos da Revisão Sistemática	40

Índice de Figuras

Figura 1. Diagrama de fluxo dos estudos incluídos na revisão da literatura.....	34
---	----

Introdução

VPI define-se como um "comportamento de um parceiro íntimo ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo agressões físicas, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores" (WHO, 2021). Embora vários estudos indiquem que pode afetar qualquer pessoa, independentemente do gênero (Olorunsaiye et al., 2017; Unal et al., 2016), a violência entre parceiros íntimos é o tipo mais prevalente de violência contra as mulheres a nível mundial. A percentagem de mulheres que sofrem VPI parece também variar em diferentes partes do mundo, sendo influenciada por fatores diversos, como cultura, educação e situação socioeconómica (Yonfa et al., 2021). É um problema global que inclui os aspetos culturais, geográficos, religiosos, sociais e económicos, e constitui uma violação dos direitos humanos. Neste contexto, a violência contra as mulheres priva-as do seu direito de participar plenamente na vida social e económica, causando um elevado número de problemas de saúde física e mental (Syazliana et al., 2018).

De acordo com um estudo da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2021; 2014), a violência contra as mulheres, especialmente a violência por parte de parceiros íntimos (VPI) e a violência sexual, constitui um grave problema de saúde pública e representa uma violação dos direitos humanos das mulheres. Estima-se que cerca de uma em cada três mulheres (30%) no mundo tenha sofrido, ao longo da vida, algum tipo de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo ou outra forma de violência sexual. A maior parte dessa violência é perpetrada por parceiros íntimos. A nível global, quase 27% das mulheres entre os 15 e os 49 anos que já estiveram numa relação afirmam ter sido vítimas de violência física e/ou sexual pelo seu parceiro. Esta violência tem consequências prejudiciais para a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres, podendo aumentar o risco de infeção por VIH em certos contextos. Este estudo da WHO também sublinha que é possível prevenir a violência contra as mulheres, sendo o setor da saúde fundamental na oferta de cuidados de saúde abrangentes às vítimas e no encaminhamento para outros serviços de apoio necessários.

Legalmente, é considerada “vítima” a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou uma perda material, causada diretamente por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do Código Penal, incluindo as crianças ou os jovens até aos 18 anos que sofreram maus tratos relacionados com exposição a contextos de violência doméstica (Decreto Lei 57/2021, 2021, Art. 1). O artigo 3.º desta lei estabelece um conjunto de medidas que têm por fim: a) Desenvolver políticas de sensibilização nas áreas da educação, da

informação, da saúde, da segurança, da justiça e do apoio social, dotando os poderes públicos de instrumentos adequados para atingir essas metas; b) Consagrar os direitos das vítimas, assegurando a sua proteção célere e eficaz; c) Criar medidas de proteção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica; d) Consagrar uma resposta integrada dos serviços sociais de emergência e de apoio à vítima, assegurando um acesso rápido e eficaz a esses serviços; e) Tutelar dos direitos dos trabalhadores vítimas de violência doméstica; f) Garantir os direitos económicos da vítima de violência doméstica, para facilitar a sua autonomia; g) Criar políticas públicas destinadas a garantir a tutela dos direitos da vítima de violência doméstica; h) Assegurar uma proteção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas de violência doméstica; i) Assegurar a aplicação de medidas de coação e reações penais adequadas aos autores do crime de violência doméstica, promovendo a aplicação de medidas complementares de prevenção e tratamento; j) Incentivar a criação e o desenvolvimento de associações e organizações da sociedade civil que tenham por objetivo atuar contra a violência doméstica, promovendo a sua colaboração com as autoridades públicas; l) Assegurar a prestação de cuidados de saúde a vítimas de violência doméstica (Decreto Lei 57/2021, 2021, Art. 3). De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 57/2021 (2021), compete ao Governo elaborar e aprovar o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), o qual deve ser avaliado e atualizado periodicamente, sendo a sua implementação articulada com outras políticas setoriais e com a sociedade civil. A execução e acompanhamento das medidas constantes do PNCVD estão a cargo do organismo público responsável pela cidadania e igualdade de género. O princípio da igualdade, estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2021 (2021), assegura que todas as vítimas, independentemente da sua origem, nacionalidade, condição social, género, etnia, língua, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, cultura ou nível educacional, gozem dos direitos fundamentais inerentes à dignidade humana, sendo-lhes garantida igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental.

O papel das organizações também é reconhecido socialmente e está legalmente enquadrado. O envolvimento e cooperação das entidades empregadoras para a proteção das vítimas de violências, presentes no artigo 41º, determina que sempre que possível, e quando a dimensão e a natureza da entidade empregadora declarada, esta deve tomar em consideração de forma prioritária: a) O pedido de mudança do trabalhador a tempo completo que seja vítima de violência doméstica para um trabalho a tempo parcial que se torne disponível no órgão ou

serviço; b) O pedido de mudança do trabalhador a tempo parcial que seja vítima de violência doméstica para um trabalho a tempo completo ou de aumento do seu tempo de trabalho.

A existência de legislação adequada é de importância crucial para aumentar a sensibilização das pessoas, na prevenção e combate à violência doméstica (CESE, 2012). Contudo, a existência de leis que criminalizam a violência não é suficiente. Como indicado por Fredman (2011), após mais de 30 anos de teoria jurídica feminista e jurisprudência, os investigadores continuam a debater a cultura do patriarcalismo e as suas influências baseadas em valores sobre a natureza ou a aplicação da legislação e cenários para uma agenda que permita o empoderamento eficaz das mulheres. São também necessárias mudanças a nível social, comunitário, organizacional e individual.

Atualmente, existe já uma boa base de investigação na área da psicologia e saúde, e interessa sistematizar as investigações realizadas para se compreender os fatores de risco e delinear intervenções que possam promover a aplicação das diretrizes legais para resolver este problema. A compreensão aprofundada da VPI facilita o desenvolvimento de estratégias baseados na evidência. Vários estudos de revisão têm incidido alguns aspetos da VPI. O estudo de Yonfa e colaboradores (2020) procurou rever e sintetizar o conhecimento disponível sobre VPI, e preencher as lacunas identificadas em relatórios globais da WHO. Os resultados mostram que a VPI está associada a influências culturais, socioeconómicas e experiências da infância. O estudo de Osborn e colaboradores (2020) analisou como as respostas institucionais à VPI são discutidas na literatura e como a procura de ajuda formal pode facilitar ou obstruir os esforços de sobreviventes para resistir à violência. Conclui-se que as instituições podem apoiar os processos de resistência ao desmantelar narrativas de culpabilização das vítimas e criar uma rede de apoio comunitário, oferecendo às vítimas uma sensação de controlo sobre o seu futuro. Anupam e colaboradores (2022) fizeram uma revisão das causas, consequências e medidas preventivas de violência doméstica, sublinhando a importância de promover o direito à igualdade e a dignidade para todos os indivíduos, sem distinção de género. As mulheres, segundo o estudo, são frequentemente vítimas de violência associada a questões como o dote, o novo casamento, as responsabilidades parentais e a procura de emprego. O estudo de Spencer e colaboradores (2020) analisou estudos com o objetivo de identificar os marcadores de risco associados à perpetração de VPI por homens e mulheres. Os marcadores de risco mais fortes estavam relacionados com outros atos de violência, tanto em termos de perpetração como de vitimização, bem como com dinâmicas específicas de relacionamento. Este estudo sublinha a

importância de focar estes fatores nos esforços de prevenção e intervenção, fornecendo informações valiosas para a redução de futuros casos de VPI.

A necessidade de uma atualização sobre os impactos da VPI no trabalho e na produtividade é justificada pelo crescimento de pesquisas sobre o tema e pela necessidade de incorporar novos contextos, como o teletrabalho e os efeitos da COVID-19. Revisões recentes, como as de MacGregor et al. (2019, 2022), destacam os efeitos emocionais e práticos da VPI no local de trabalho, revelando que o trabalho pode ser tanto uma fonte de apoio quanto um espaço de vulnerabilidade. Deen et al. (2020) sublinham o papel da cultura na compreensão da VPI no contexto laboral. Do ponto de vista organizacional, a VPI afeta diretamente a produtividade, manifestando-se em absentismo, atrasos, rotatividade e perda de emprego, com consequências significativas para o desempenho das empresas (Swanberg et al., 2005; Duvvury et al., 2023). No entanto, alguns estudos sugerem que o trabalho pode também atuar como um mecanismo de *coping* para as vítimas, promovendo independência financeira e fuga (Reeves & O'Leary-Kelly, 2007).

Nesta dissertação apresenta-se uma revisão sistemática que visa explorar os impactos da VPI na vida profissional das mulheres vítimas, utilizando o formato SPIDER (amostra, fenómeno de interesse, desenho/método de investigação, avaliação, tipo de investigação), seguindo as diretrizes PRISMA, tendo sido revistos estudos publicados entre os anos de 2009 e 2024.

Capítulo 1 | Enquadramento Teórico

Estado da Arte

A violência é qualquer ato ou negligência que afete a vida, a integridade física e mental ou a liberdade de uma pessoa, ou que prejudique gravemente o desenvolvimento de sua personalidade (Budayová, 2022). Vários termos são usados para descrever o abuso de um parceiro num ambiente doméstico, incluindo 'abuso doméstico', 'violência doméstica' e 'violência do parceiro íntimo' (World Health Organization [WHO], 2013; Department of Health [DH], 2013). Reconhece-se que o termo 'violência doméstica' é usado em muitos países para se referir à violência praticada pelo parceiro, mas o termo também pode abranger o abuso de crianças ou idosos, ou abuso por qualquer membro da família (WHO, 2012). Este estudo foca a violência por parceiro íntimo (VPI) em vítimas mulheres.

A VPI é uma séria preocupação social, de saúde e de justiça criminal que exige atenção por sua complexidade. É imperativo reconhecer e compreender as suas consequências em todos os aspetos da vida da vítima, o que inclui o seu trabalho (WHO, 2012). É um problema global que atravessa fronteiras culturais, geográficas, religiosas, sociais e económicas e é uma violação dos direitos humanos (Idris et. al, 2018).

1.1 Violência por Parceiro Íntimo (VPI)

A VPI refere-se a qualquer comportamento de um atual ou ex-parceiro íntimo no contexto do casamento, coabitação ou qualquer outra união formal ou informal, que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos (WHO, 2018).

De acordo com Swan e colaboradores (2008), mulheres e homens têm a mesma probabilidade de iniciar a violência física nos relacionamentos, mas é mais provável a violência física das mulheres ser motivada por autodefesa e medo, enquanto a violência física dos homens ser motivada por questões de controlo. Em geral, mulheres e homens perpetram níveis equivalentes de agressão física e psicológica, mas as evidências sugerem que os homens perpetram abuso sexual, controlo coercivo e perseguição com mais frequência do que as mulheres e que as mulheres também são feridas com muito mais frequência durante incidentes de violência doméstica, estudos de casais em relacionamentos mutuamente violentos encontram mais efeitos negativos para as mulheres do que para os homens.

Embora seja verdade que os homens também sofrem violência doméstica, cerca de 90% dos casos de violência doméstica são cometidos por homens contra mulheres. As mulheres

também são mais propensas a sofrer incidentes repetidos de abuso, a ficarem amedrontadas ou feridas após um ataque (DH, 2013). Consequentemente, esta dissertação enfoca as necessidades das mulheres que sofrem violência doméstica.

De acordo com uma análise feita em 161 países e regiões, correspondente ao período 2000-2018, sobre a violência contra as mulheres, foi constatado que, mundialmente, quase 1 em cada 3 mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual nas relações de intimidade (VPI) ou violência sexual de não parceiro ou ambos (WHO, 2021). Em cada uma das sub-regiões da Europa, que compreendem principalmente países desenvolvidos, a prevalência estimada de violência nas relações de intimidade ao longo da vida varia de 23% no norte da Europa a 16% no sul da Europa. Mesmo as estimativas de prevalência relativamente mais baixas nessas sub-regiões ainda são inaceitavelmente altas (WHO, 2021).

Segundo dados recentes, em Portugal as denúncias de violência doméstica diminuíram 4% no ano de 2021 face ao ano anterior, passando de 27 637 para 26 520 participações. Quanto às vítimas, 74.9% são mulheres, das quais 73.3% têm 25 anos ou mais, 16.2% têm menos de 16 anos e 10.5% têm entre 16 e 24 anos. Quanto aos agressores, 81% são homens, dentre os quais 93.6% têm 25 anos ou mais, 6.3% têm entre 16 e 24 anos e 0.1% têm menos de 16 anos. A VPI representa 34.2% de todos os casos notificados de violência doméstica (Relatório anual de segurança interna [RASI], 2022).

Existe um significativo impacto individual, social e económico da VPI sobre as vítimas, que podem perder o emprego ou oportunidades de progressão por causa do absentismo, devido a doenças que resultam da violência, e podem também ser isoladas de amigos, familiares e vizinhos, e desta forma perder a sua rede de apoio social (WHO, 2013).

1.2 Fatores de risco e Modelos de compreensão da VPI

Para obter uma compreensão mais profunda de porquê e como ocorre a VPI, a identificação e compreensão dos fatores de risco é fundamental. Por exemplo, de acordo com Centers for Disease Control and Protection (2021), os fatores de risco para perpetração de VPI são vários: baixa autoestima, baixo nível de educação académica ou rendimento, comportamento agressivo ou delinquente na juventude, abuso de álcool e drogas, depressão, raiva e hostilidade, falta de competências sociais não violentas para resolver problemas, baixo controlo comportamental e impulsividade, stresse económico, dependência emocional e insegurança, crença em papéis rígidos de género, história de abuso físico ou emocional na infância, ciúme, possessividade, divórcio ou separação, pobreza, desemprego e falta de políticas

ou leis sociais mais rígidas. O estudo de Spencer e colaboradores (2020) sintetizou quais os marcadores de risco para a perpetração de VPI física entre homens e mulheres. Identificaram também que os marcadores de risco mais fortes estavam relacionados com os outros atos de violência e com as dinâmicas de relacionamento. Destacaram ainda os fatores potenciais que podem ser focados na prevenção e intervenção.

O modelo amplamente adotado e utilizado para a compreensão da complexidade e a heterogeneidade da VPI é o modelo ecológico integrado (WHO, 2012). Contrariamente às teorias de fator único, o modelo ecológico assume que a VPI pode ser mais bem explicada como uma interação entre os fatores de risco em quatro níveis distintos: a sociedade, a comunidade, relacionamento e indivíduo (Heise, 1998; 2012). Este modelo é útil como estrutura para a compreensão e prevenção da VPI. A identificação dos fatores de risco em vários níveis dentro do modelo ecológico fornece uma indicação da razão pela qual a VPI foi utilizada, bem como em que níveis a gestão de riscos deve ser orientada. Ao analisar a presença de fatores de risco num caso de VPI, ajuda a decidir sobre o nível de risco de reincidência do perpetrador em tal violência, bem como informar o avaliador de riscos sobre a natureza das estratégias de gestão de risco necessárias para reduzir este risco (WHO, 2021).

O nível social, está relacionado com os fatores como a igualdade de género, leis e atitudes relativamente à VPI. Nas sociedades fortemente influenciadas por valores e normas patriarcais, as mulheres são tradicionalmente vistas como subordinadas aos homens e na legislação tendem a faltar medidas de prevenção da VPI. Qualquer tipo de intervenção não deverá focar apenas o nível social. A título de exemplo, tentativas de promoção da igualdade de género e dissolução de estereótipos sexistas em sociedades patriarcais pode desafiar as noções de poder e controlo dos homens acabando por resultar num maior risco de VPI (Strand et al., 2022).

Também outro estudo (Murugan et al., 2022) que visou explorar as perceções de trabalhadores no Sul da Ásia nos serviços de apoio a vítimas de VPI sobre os comportamentos de pedido de ajuda salientou a influência de questões estruturais e culturais. Identificaram quatro temas principais: (1) barreiras para procurar ajuda, (2) experiências com apoio de redes informais, (3) o papel dos trabalhadores dos Serviços de Apoio a Vítimas de Violência no suporte às sobreviventes, e (4) a contribuição da comunidade do Sul da Ásia na prevenção da VPI. Outros fatores do tipo macro, como a diferença urbano-rural também parecem influenciar a VPI, sendo a prevalência maior em zonas urbanas do que rurais (Manyema et al., 2018).

O nível comunidade envolve fatores de risco como o baixo nível socioeconômico, desemprego, criminalidade generalizada e falta de integração na comunidade. O desemprego é um dos fatores de risco mais elevados, pois pode criar stresse financeiro e conflitos conjugais e promover a VPI (Salmi & Danielsson, 2014). Outros fatores de risco da comunidade relacionam-se com a legitimação da violência nas normas sociais comunitárias (Heise, 2012).

O nível relacional diz respeito aos fatores de risco associados à relação entre o agressor e a vítima, como a incapacidade de lidar com conflitos. Fracas competências de resolução de conflitos relacionam-se positivamente com a escalada de conflitos conjugais, discussões verbais e violência física. Também mudanças no relacionamento podem aumentar o risco de VPI, como a gravidez e filhos (Heise, 2012).

O nível individual refere-se aos fatores específicos da pessoa que podem aumentar o risco de envolvimento em situações de violência. Este nível abrange aspetos relacionados com características pessoais e de vida que influenciam a probabilidade de uma pessoa ser agressora ou vítima. Um exemplo é o estudo de Amor e colaboradores (2022). Realizaram um estudo com o objetivo de investigar a dependência emocional em mulheres em relacionamentos de longo prazo, comparando aquelas que sofreram abuso com as que não sofreram. A relação entre dependência emocional e variáveis clínicas e de personalidade foi analisada, e foram estabelecidos pontos de corte para identificar o risco de VPI com base na dependência emocional. Os resultados revelaram que mulheres agredidas apresentaram pontuações significativamente mais altas em dependência emocional do que as não vítimas.

O modelo ecológico está alinhado com o foco da teoria dos sistemas nas redes complexas e inter-relacionadas de sistemas que influenciam o comportamento, incluindo o comportamento violento (Lawson, 2012). A combinação destes quatro níveis é sistémica, uma vez que os níveis interagem para influenciar os fatores de riscos e explicar cenários de VPI. Dentro da estrutura ecológica, a VPI é entendida como um fenómeno multifacetado resultante de uma interação dinâmica entre indivíduos, relacionamentos, comunidades e fatores sociais que influenciam o risco de um indivíduo perpetrar ou se tornar vítima de violência (Kelly, 2011). Esta estrutura tem foco no indivíduo como a unidade de análise para abordar a VPI, enquanto considera o ambiente e as relações do indivíduo essenciais para a compreensão do comportamento violento nas relações íntimas. Neste sentido, o estudo de Yonfa e colaboradores (2020), que teve como objetivo rever e sintetizar o conhecimento disponível sobre o tema da violência entre parceiros íntimos, evidencia fatores que se enquadram nos diversos níveis do modelo ecológico. Os resultados desta revisão ilustram que a VPI pode estar associada a

influências culturais, socioeconômicas e educacionais, bem como a presença de experiências hostis de violência durante a infância.

Para além do modelo ecológico integrado, apresentam-se ainda duas teorias complementares que oferecem perspectivas sobre aspetos específicos da VPI. A teoria do ciclo da violência, que ilustra os estágios recorrentes deste padrão, destacando a natureza cíclica do comportamento agressivo, e a teoria feminista destaca as questões de género como a principal causa da VPI. A teoria do ciclo da violência descreve três estágios de padrões comportamentais cíclicos que são comumente atribuídos à violência num relacionamento abusivo (Copenhaver, 2019 as cited em Jeyasankar, 2021). Os estágios distintos de abuso são aqui identificados como fase de construção de tensão, fase de agressão aguda e fase de lua-de-mel. Décadas de pesquisas sugerem que o previsível abuso cíclico de três partes é comum em todos os relacionamentos, embora seja inevitável (Jeyasankar, 2021). A teoria do ciclo da violência demonstra que o abuso num relacionamento pode começar a qualquer momento e se torna mais intenso quando há uma escalada de tensão entre os casais (Jeyasankar, 2021).

A teoria feminista tem como principal pressuposto a VPI ser uma questão de desigualdade de género, não podendo ser adequadamente compreendida por qualquer lente que não inclua o género como o componente central da análise (Lawson, 2012). A violência contra as mulheres é vista como um caso especial, diferente de outras formas de violência e outras formas de crime. Assim, a prevenção e intervenção neste problema deve focar-se em educar os homens e abordar as suas crenças patriarcais e comportamento dominador em relação às mulheres, sendo o objetivo final derrubar as estruturas sociais patriarcais para prevenir, reduzir e eliminar a violência contra as mulheres (Burelomova et. al, 2018). De acordo com a ONU (2016), a dinâmica familiar que impede a participação das mulheres na tomada de decisões económicas e a aceitação generalizada das normas sociais e as crenças que impulsionam as desigualdades de género e a violência contra as mulheres são também fatores que aumentam o risco de uma mulher se tornar vítima de violência praticada pelo parceiro íntimo. A desigualdade de género continua a ser uma questão global premente, com as mulheres a enfrentar diversas formas de discriminação, marginalização e oportunidades limitadas em muitas sociedades (ONU, 2016).

Vários fatores são importantes para compreender a intervenção na VPI. Holiday e colaboradores (2022) salientam que uma melhor compreensão da VPI é fundamental para a sua prevenção, sendo importante substituir as crenças de que os agressores são sempre masculinos e que o sistema patriarcal é o único fator causal.

1.2.1 COVID-19 como um fator de risco

Crises, emergências e desastres têm sido associados ao aumento da VPI (Brink et. al, 2021; Javed & Mehmood, 2020). Por exemplo, de acordo com relatórios da polícia local, na China, um dos países mais afetados do mundo, o número de participações de VPI triplicaram na época da pandemia do COVID-19. Em França, o número de participações de VPI teve um aumento de 30% (Plášilová et.al, 2021). Numa região de Espanha, o governo afirmou que as chamadas para a linha de apoio aumentaram 20% nos primeiros dias do período de confinamento. No Chipre, as chamadas semelhantes aumentaram em 30% na semana após a confirmação do primeiro caso (Bradbury-Jones & Isham 2020). No Brasil foi relatado um aumento de 40-50% (Plášilová et. al, 2021; Bradbury-Jones & Isham 2020). Desde o início da pandemia de COVID-19, muitos países impuseram confinamentos para controlar a propagação do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde dos países (Javed & Mehmood, 2020), consequentemente, um grande número de trabalhadores foi instruído a trabalhar remotamente em *home-office* durante a pandemia (Kasim, 2022). Diante desta ambiguidade e imprevisibilidade do COVID-19, não apenas a saúde física dos indivíduos, mas também a saúde psicológica foi afetada (Javed & Mehmood, 2020). Embora cruciais para a saúde e segurança pública, é provável que as regulamentações e recomendações destinadas a diminuir as taxas de infecção por COVID tenham contribuído para o aumento das taxas de VPI, principalmente devido ao stresse económico, stresse relacionado aos cuidados infantis, stresse psicológico, isolamento social e físico (Ceroni et.al, 2021).

Devido ao confinamento e à preocupação de contrair COVID, tornou-se difícil o acesso das vítimas de violência doméstica às linhas de apoio, esquadras de polícia, apoio social de amigos ou familiares e profissionais de saúde mental ou física (Javed & Mehmood, 2020; Ceroni et.al, 2021). Pesquisas sugerem que o isolamento social é uma das táticas mais proeminentes que facilitam as ações dos agressores, uma vez que as vítimas estão distantes das suas redes de apoio (Menjívar & Salcido 2002). É fundamental que a ocorrência deste tipo de situação esteja contemplada nos serviços e legislação de prevenção da VPI, para garantir uma resposta eficaz em tempos de crise (Moreira & Costa, 2020).

1.3 Impactos da VPI

A VPI manifesta-se de diferentes formas. Salienta-se o controle coercivo, abuso sexual, abuso físico, abuso psicológico, abuso económico e, mais recentemente, também o

abuso de tecnologia (Kirk & Bezzant, 2020). A VPI é um problema social de saúde pública, tendo consequências a longo prazo para a saúde, tanto física quanto psicológica (Anupam et al., 2020). Ao nível psicológico, estudos indicam que as mulheres que sofreram VPI relatam níveis aumentados de sintomatologia de saúde mental, ou seja, as mulheres que foram abusadas por um parceiro íntimo, demonstraram aumento de sintomas de depressão, ansiedade, e características obsessivo-compulsivas (Vilariño et al., 2018). As narrativas de vida e memórias também parecem ser moldadas pelas experiências de VPI. Um estudo teve como objetivo explorar as características das memórias positivas em populações traumatizadas, especificamente vítimas de VPI. Uma comparação entre as narrativas de eventos altamente positivos entre 50 mulheres espancadas e 50 mulheres não expostas mostra que as narrativas do grupo exposto ao trauma continham menos referências a emoções positivas e conquistas, e mais termos relacionados à primeira pessoa e maus-tratos (Miguel-Alvaro et al., 2022).

Vários trabalhos de revisão têm sistematizado os impactos e formas de prevenção da VPI. Anupam e colaboradores (2022) fizeram uma revisão das principais consequências e medidas preventivas, bem como das causas, deste tipo de violência, tendo como base o direito à igualdade entre a população e o direito de viver com dignidade. Sprague e colaboradores (2016) sintetizaram a literatura disponível que avalia os programas de identificação de VPI em ambientes de cuidados de saúde para determinar as áreas-chave para as potenciais recomendações e centrar as prioridades de investigação neste domínio. Os autores identificaram que os principais temas foram triagem de pacientes, opiniões dos profissionais de saúde em relação a esta triagem, e opiniões dos pacientes.

1.3.1 Impactos da VPI no trabalho e na produtividade

Embora a VPI tenha origem no ambiente doméstico, as suas consequências frequentemente ultrapassam os limites do lar, afetando também o local de trabalho das vítimas. Em alguns casos a VPI alastra para o local de trabalho. Os parceiros abusivos podem seguir as vítimas até ao seu local de trabalho, utilizando tecnologias como telefones e computadores para intimidar, assediar, controlar ou até mesmo proibir as vítimas de saírem de casa para trabalhar (Bilal et al., 2021). Este padrão persistente de comportamento, que inclui diversas formas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização da vítima, é conhecido como *stalking* (Grangeia & Matos, 2010). Contudo, a maior parte da literatura sugere que a deterioração do impacto na saúde física e mental dos sobreviventes é a principal via através da qual a VPI influencia a vida profissional das vítimas (Parvin et al., 2018). Por exemplo, o estudo de

Showalter (2016) sugere que a vida profissional das mulheres também pode ser afetada pela VPI que ocorre em casa, uma vez que muitas mulheres que sofrem VPI relatam dificuldades em realizar o seu trabalho, devido a sintomas de stress ou por estarem perturbadas em consequência da violência. Assim, o foco desta dissertação efeitos indiretos da diminuição da saúde associados à VPI no local de trabalho.

A VPI tem impactos em vários domínios. Em alguns países desenvolvidos, como por exemplo, nos EUA, a investigação tem estabelecido as consequências negativas da VPI no trabalho. Vários estudos reconhecem impactos relacionados com a VPI no trabalho, incluindo o desemprego, instabilidade no emprego, dias perdidos de trabalho e interrupções no trabalho (e.g., Blodgett & Lanigan, 2018). Em países em desenvolvimento, a investigação nesta área é relativamente escassa. Uma exceção é o estudo de Naved e colaboradores (2018) que documentaram as correlações entre a VPI e a violência no local de trabalho para trabalhadores de vestuário em Bangladesh. A VPI partilha um conjunto de qualidades essenciais com outras formas de violência no local de trabalho. Os fatores de impacto comuns incluem o risco de lesões das vítimas e colaboradores de trabalho e ameaças à produtividade, e envolve um padrão persistente de comportamento (Blodgett & Lanigan, 2017).

Os efeitos da VPI no emprego são complexos. Por um lado, algumas investigações sugerem que o emprego pode atuar como um fator de proteção para as vítimas, pois as mulheres empregadas tendem a relatar menos a violência que enfrentam em comparação com aquelas que estão desempregadas. Por outro lado, há também evidências de que as mulheres vítimas de violência têm maior probabilidade de estar empregadas (Duvvury et al., 2013). Interessa compreender o efeito de mais variáveis para qualificar a relação entre VPI e emprego. O stresse e o trauma resultantes da VPI podem impactar significativamente a capacidade de trabalho das vítimas. Subsequentemente, estes impactos podem também resultar em dependência económica, dificultando a capacidade da vítima de abandonar a relação abusiva, de manter-se no mercado de trabalho ou de progredir profissionalmente (Bilal et al., 2021).

A relação entre a necessidade de serviços de apoio para vítimas de VPI, incluindo assistência legal, aconselhamento e cuidados médicos, e o stresse pós-traumático decorrente dos abusos foi também observada em indivíduos que trabalham pelo menos 32 horas semanais, apresentando impactos negativos no trabalho (Meisel et al., 2003). Foi igualmente identificada uma relação entre a necessidade de serviços e trabalhar menos semanas num ano, perder o emprego durante o ano e ter um rendimento menor devido à VPI. Da mesma forma, Parvin e

colaboradores (2018) também evidenciaram que a VPI leva ao aumento do stresse e da depressão relacionados com o trabalho.

Os impactos profissionais da VPI afetam não apenas as vítimas, mas também os agressores, que podem relatar dificuldades de concentração, absentismo, redução na produtividade, erros, lesões no local de trabalho e uso inadequado do tempo de trabalho para cometer atos de violência (MacGregor et al., 2019). A VPI pode ter impactos variados sobre o desempenho profissional dos agressores. Por exemplo, comportamentos em casa que interferem na capacidade da vítima de chegar ao trabalho podem afetar menos o desempenho profissional do agressor do que ligações frequentes feitas a partir do local de trabalho para monitorizar a localização da vítima. Para os agressores, a VPI que envolve ciúme pode representar uma ameaça particular à segurança das vítimas e dos colaboradores de trabalho, uma vez que o ciúme tem sido associado ao feminicídio no local de trabalho (Mankowski, 2013). Embora tenha sido demonstrado que a vitimização por VPI é dispendiosa para os empregadores, pouco se sabe sobre as consequências económicas associadas ao emprego dos agressores (Rothman & Corso, 2008).

Os efeitos da VPI na vida profissional começaram a ser sistematizados nos últimos anos. MacGregor e colaboradores (2019) realizaram uma revisão de “escopo” para descreverem a natureza e a extensão da pesquisa sobre VPI no local de trabalho. Na sua revisão indicaram que os estudos focaram essencialmente na compreensão das experiências e necessidades das vítimas, bem como nas consequências emocionais da VPI. Posteriormente, MacGregor e colaboradores (2022) realizaram uma revisão de literatura que teve como finalidade explorar as experiências das mulheres vítimas de abuso no trabalho e a VPI, incluindo os benefícios e desvantagens associados ao trabalho. Os autores mostraram que o impacto do trabalho para muitas mulheres sobreviventes não é simples e, para algumas, envolve uma "compensação" entre benefícios e desvantagens.

Também Deen e colaboradores (2020) realizaram uma revisão de literatura integrativa interdisciplinar com o objetivo de esclarecer os construtos de VPI relacionados com o trabalho para incentivar a atenção académica nesta área. Os resultados determinaram que a cultura é um dos construtos mais predominantes. Em algumas culturas, a agressão física contra as parceiras é tolerada e ações agressivas, como o abuso verbal e a coerção sexual dirigidas às mulheres, nem sequer são consideradas formas de VPI. Wilcox e colaboradores (2019) fizeram uma revisão de literatura onde estabeleceram a relação entre a violência doméstica e as organizações em quatro interfaces relevantes: casa - trabalho; organizações - sociedade; homens - mulheres;

e mente/racionalidade - corpo/emoção. A interface casa-trabalho destaca como a violência doméstica afeta o ambiente de trabalho, revelando a interseção entre a esfera privada e pública e como essa sobreposição afeta as mulheres de maneira desigual, tanto em casa quanto no trabalho. Enquanto a interface organizações-sociedade destaca a responsabilidade das organizações em abordar a violência doméstica como uma questão social e estrutural, reconhecendo o seu papel na promoção da igualdade de gênero e na prevenção da violência contra as mulheres. Já a interface homens-mulheres destaca a violência doméstica como uma forma de violência de gênero, perpetuada por relações de poder desiguais, com o objetivo de controlar as mulheres, reforçando a desigualdade de gênero tanto na sociedade quanto nas organizações. E, por último, a interface mente-corpo explora a dicotomia entre racionalidade e emoção, mostrando como a marginalização dos corpos e emoções femininas reforça a subordinação das mulheres, e propõe que a emancipação das mulheres vítimas de violência doméstica deve partir do reconhecimento dos seus corpos como agentes políticos de mudança.

Do lado das organizações, a temática da VPI também parece começar a ser abordada. Um exemplo de boas práticas é o caso da Fundação Vodafone. A Fundação Vodafone (2020) colaborou com a Employer's Initiative on Domestic Abuse (EIDA), o Centro de Investigação sobre Violência e Abuso da Universidade de Durham e a Ipsos MORI para elaborar o relatório "Violência e Abuso Doméstico: Trabalhar em conjunto para transformar as respostas no local de trabalho". Este relatório constitui-se como um apelo aos empregadores para que enfrentem o problema da violência doméstica no ambiente laboral. Foi também elaborado um toolkit com a participação de peritos e com base no conhecimento que a Fundação Vodafone adquiriu ao longo dos últimos dez anos em colaboração com os seus parceiros. A intenção da empresa é que, através deste toolkit, os empregadores e gestores se sintam mais confiantes para começar a abordar esta questão e apoiar as pessoas afetadas por abuso dentro das suas equipas e organizações. Um exemplo de ferramentas apresenta-se no Quadro 1, com a descrição dos sinais que demonstram uma mudança no comportamento de mulheres após a VPI no local de trabalho (ver Quadro 1). Este quadro apresenta também os principais sinais e sintomas da mudança de comportamento no local de trabalho de mulheres vítimas de VPI, sendo que, principalmente a produtividade no trabalho fica fortemente afetada, conduzindo à redução da qualidade e quantidade de trabalho, bem como as mudanças dos padrões de trabalho, entre outros. Outro dos sintomas e sinais desta mudança reside nos sintomas visíveis do indivíduo, que pode ficar ansioso, assustado, agressivo ou deprimido. Ao nível físico, existem igualmente

sinais importantes da VPI, como os hematomas visíveis ou únicos ou lesões repetidas com explicações improváveis, bem como a mudança no padrão ou quantidade de maquiagem usada.

Quadro 1

Sinais e sintomas de mudança de comportamento no local de trabalho de mulheres vítimas de VPI

Sinais	Fatores descritivos
Produtividade no trabalho	• Mudança de padrões de trabalho da pessoa: por exemplo, ausência frequente, atraso ou necessidade de sair do trabalho ou reuniões mais cedo • Redução da qualidade e quantidade de trabalho: prazos não cumpridos, queda nos padrões habituais de performance • Mudança no uso dos telefones ou e-mail: por exemplo, um grande número de chamadas pessoais ou mensagens de texto, evitar atender ligações ou uma reação exagerada a chamadas, mensagens de texto e e-mails. Durante o trabalho remoto, isso pode apresentar-se como dificuldade em estar disponível, manter a comunicação de forma consistente ou ter interrupções frequentes • Permanência prolongada no trabalho sem motivo aparente, ou ansiedade para voltar ao escritório após um período de bloqueio • Visitas frequentes ao local de trabalho pelo companheiro do funcionário, o que pode indicar controlo coercitivo
Mudanças comportamentais	• Conduta fora do habitual em relação ao comportamento anterior • Mudanças de comportamento: por exemplo, tornar-se muito quieto, ansioso, assustado, choroso, agressivo, distraído ou deprimido • Isolamento dos outros colaboradores • Secretismo sobre a vida doméstica ou fornecer justificações para não ligar a câmara durante reuniões online

Indicadores físicos	• Preocupação em deixar os filhos em casa
	• Hematomas visíveis ou únicos ou lesões repetidas com explicações improváveis
	• Mudança no padrão ou na quantidade de maquiagem usada
	• Mudança na forma de vestir: por exemplo, roupas que não condizem com o clima, possivelmente para esconder ferimentos
Outros indicadores	• Uso/abuso de substâncias
	• Fadiga/distúrbios do sono
	• Perseguição de parceiro ou ex-parceiro do funcionário dentro ou ao redor do local de trabalho, ou nas redes sociais
	• Parceiro ou ex-parceiro exerce um controle ou exigências incomuns sobre o horário de trabalho
	• Isolamento da família e amigos

Nota. Adaptação de Vodafone (2020).

Neste contexto, identificar sinais de abuso pode ser útil para os empregadores, ainda que alguns possam ter uma percepção negativa sobre os funcionários que enfrentam este tipo de violência. O apoio dos empregadores pode representar um desafio para gestores e supervisores, especialmente quando o abuso ocorre no ambiente de trabalho (Adhia et al., 2019). Embora a literatura sobre como lidar com a VPI provenha principalmente de estudos nas áreas das ciências sociais e da psicologia, a autora destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar para compreender a relação entre o emprego e as estratégias de *coping* adotadas por vítimas de VPI (Beecham, 2014).

1.3.2 Impactos da VPI na produtividade laboral

A produtividade é crucial para alcançar os objetivos de uma organização, pois contribui para melhorar o desempenho dos colaboradores e aumentar o lucro, possibilitando a manutenção da organização e dos empregos. Quando os funcionários são produtivos, os custos para a empresa atingirem resultados são mais baixos. A produtividade é influenciada por diversos fatores, nomeadamente de competências, ambiente de trabalho, envolvimento dos colaboradores, saúde e segurança, hábitos de trabalho, fatores tecnológicos e cultura organizacional (Dangol, 2020). A produtividade é um dos principais indicadores da eficácia do

desenvolvimento socioeconómico, podendo ser avaliada tanto em termos qualitativos como quantitativos. Em termos de volume, os indicadores de produtividade do trabalho podem ser aplicados a nível nacional, regional, empresarial ou mesmo no local de trabalho específico (Matveeva, 2017).

Os empregadores parecem começar a compreender e reconhecer o enorme custo organizacional que a VPI exige economicamente e em termos de saúde e segurança dos funcionários, bem como os desafios significativos para os colaboradores de trabalho e a organização do trabalho como um todo (Kulkarni & Ross, 2016; Vodafone, 2020).

Em 2003, o relatório do CDC estimou que o valor total de dias perdidos de trabalho e tarefas domésticas era \$ 858.6 milhões. O valor da produtividade perdida do emprego era \$727.8 milhões, representando 84.8% do total e o valor da produtividade perdida de tarefas domésticas era \$130.8 milhões. Mais de 13.5 milhões de dias totais eram perdidos de produtividade do trabalho e do trabalho doméstico, o equivalente a 47.339 pessoas-anos. Aproximadamente três quartos (71.6%) da perda de produtividade eram devidos à agressão física; 22.6% de perda de produtividade eram devidos ao *stalking*. Dados mais recentes evidenciam custos superiores. O estudo de Peterson e colaboradores (2018) estimou o custo vitalício e o impacto económico da violência por parceiro íntimo nos EUA. Utilizando dados combinados de estudos anteriores e da Pesquisa Nacional de Violência por Parceiro Íntimo e Sexual de 2012, o modelo calculou que o custo médio vitalício da VPI é de \$103.767 para mulheres e \$23.414 para homens, com um impacto económico total de quase \$3,6 trilhões (US\$ de 2014) para 43 milhões de adultos vítimas. Os custos incluem \$2,1 trilhões em despesas médicas, \$1,3 trilhões em perda de produtividade, \$73 bilhões em justiça criminal e \$62 bilhões em outros custos. Prevenir a VPI poderia evitar custos significativos não só ao nível emocional e social, mas também económico. São necessários esforços para promover uma cultura organizacional que apoie as vítimas de VPI para facilitar o acesso destas a recursos de apoio. Estratégias que envolvem funcionários em todos os níveis podem ajudar as organizações a abordar a VPI de forma mais eficaz para promover bem-estar, segurança e produtividade (Kulkarni & Ross, 2016).

Showalter (2016) realizou uma revisão sistemática de literatura bastante importante para a compreensão da relação entre a VPI e o emprego, tendo explorado a instabilidade resultante das perturbações no local de trabalho utilizadas por homens abusivos para sabotar os esforços de emprego das suas parceiras. Verificou que em todos os estudos analisados ocorreram perturbações no local de trabalho relacionadas com a VPI. O assédio no trabalho foi

encontrado em quatro dos estudos revistos e em dois estudos encontrou-se um declínio correspondente na produtividade e no desempenho. Cristopher e colaboradores (2018) realizaram um estudo com o objetivo de analisar a prevalência e as consequências da violência entre parceiros íntimos (VPI) no local de trabalho. A amostra de estudo incluiu 1.390 funcionários em 32 empresas diferentes, representando diferentes tipos de organização. Os resultados do estudo demonstraram que mais de metade das mulheres e quase um quarto dos homens relataram que foram vítimas de VPI em algum momento das suas vidas, sendo 16% vítimas nos últimos seis meses. Foram relatadas consequências significativas no local de trabalho, como dias perdidos de trabalho, atrasos e intrusão do perpetrador, bem como um histórico de perseguição.

Gebara e colaboradores (2020) realizaram um estudo bibliométrico para analisar os efeitos e os custos relacionados com a produtividade das mulheres vítimas de VPI no local de trabalho. Em particular, os autores exploraram se as vítimas e não vítimas de VPI diferiam no número de horas de trabalho perdidas devido ao absentismo, atrasos e distrações no trabalho, bem como os custos para os empregadores destes aspetos. Verificaram que os funcionários que relataram vitimização por VPI ao longo da vida, mas não a vitimização atual, indicavam perder mais horas de trabalho por causa do absentismo do que os não-vítimas. As vítimas atuais, mas não as vítimas ao longo da vida, eram mais propensas a se distraírem no trabalho do que as não vítimas. No geral, os autores identificaram que a VPI tem efeitos negativos nas organizações, mas que a natureza e o custo destes efeitos variam de acordo com o tipo de vitimização.

Recentemente, Duvvury e colaboradores (2023) analisaram um conjunto de estudos de 16.291 trabalhadores em 257 empresas em Gana, Sudão do Sul, Bolívia e Paraguai e concluíram que o impacto na produtividade é resultado sobretudo de atrasos e absentismo. Verificaram que a VPI existia em todas as empresas do estudo e que havia enormes perdas de produtividade devido à experiência e à perpetração da VPI. Os estudos revistos têm também analisado, como explicação para a diminuição da produtividade, o impacto das ações dos agressores na capacidade das vítimas de desempenharem as suas funções profissionais. Os resultados são mistos. Alguns estudos indicam que, em comparação com pessoas que não são vítimas, as vítimas de violência tendem a relatar menor produtividade, maiores taxas de absentismo, atrasos frequentes, maior rotatividade e perda de emprego (Swanberg et al., 2005). No entanto, outros estudos, como o de Reeves e O'Leary-Kelly (2007), sugerem que a vitimização pode afetar a assiduidade no trabalho, mas não necessariamente aumenta a probabilidade de ausência em relação a quem não é vítima. Uma possível explicação para estes

resultados é que o trabalho pode funcionar como um mecanismo de *coping*, ajudando as vítimas a lidar com o abuso, ou refletir a necessidade de manter o emprego e a independência financeira como uma forma de escapar da situação abusiva. Investigações adicionais são necessárias para determinar se a perpetração de VPI é um preditor da redução da produtividade em amostras maiores e em diferentes contextos de trabalho (Rothman & Corso, 2008).

O objetivo deste estudo é sistematizar os impactos da VPI contra as mulheres no seu trabalho e na produtividade. A relevância de atualizar o conhecimento nesta área através de uma revisão sistemática justifica-se à luz do desenvolvimento recente da pesquisa nesta área. Nos últimos anos, os efeitos da VPI no local de trabalho têm sido cada vez mais explorados. MacGregor e colaboradores (2019, 2022) conduziram revisões que abordam as experiências das vítimas no ambiente profissional, destacando tanto as consequências emocionais como os impactos do trabalho nas mulheres vítimas de abuso. A análise de Deen e colaboradores (2020) acrescenta a dimensão cultural, sublinhando como normas sociais influenciam a compreensão e a tolerância da VPI no local de trabalho. Os estudos também apontam para a complexidade das experiências, sugerindo uma mistura de benefícios e desvantagens, onde o trabalho pode ser, simultaneamente, um recurso de apoio e um espaço de vulnerabilidade. O trabalho pode funcionar como um mecanismo de *coping*, promovendo independência financeira e oportunidades de fuga (Reeves & O'Leary-Kelly, 2007).

Quanto às implicações para as organizações, a literatura atual aponta para impactos na produtividade, como absentismo, atrasos, rotatividade e perda de emprego, resultando em custos significativos para as empresas (Swanberg et al., 2005; Kulkarni & Ross, 2016; Duvvury et al., 2023). Dada a evolução dos contextos de trabalho (por exemplo, o aumento de teletrabalho, decorrente da pandemia por COVID-19) e a crescente visibilidade das questões de VPI no ambiente profissional, uma nova revisão sistemática permite atualizar o conhecimento e apoiar as organizações na implementação de respostas adequadas.

Capítulo 2 | Metodologia

2.1 Método

Esta revisão sistemática foi realizada de acordo com as diretrizes Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses (PRISMA) (Page et al., 2021) e sintetiza as evidências de 8 estudos sobre impactos da VPI específicos no trabalho ao nível da produtividade de mulheres. Para inclusão na revisão sistemática, os estudos deveriam abordar a VPI ou o conceito relacionado de violência doméstica, e os impactos na produtividade de vítimas mulheres, podendo os impactos ser dados objetivos ou baseados em percepções. A revisão sistemática limitou-se a estudos que utilizaram dados primários, ou seja, fontes de dados que fornecem evidências diretas relativas ao evento sob investigação que fossem revistos por pares.

2.1.2 Estratégia de pesquisa e seleção dos estudos

Foi feita uma pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados: Web of Science, Psychinfo, Scopus e PubMed. A pesquisa foi realizada a 10 de março de 2024. Após a identificação dos registos os dados foram exportados para o Excel, onde foi feita a leitura dos títulos e dos resumos.

Utilizou-se a ferramenta SPIDER para construir os termos de pesquisa e definir a questão de investigação. SPIDER é uma estratégia de busca para encontrar pesquisas que respondam a uma pergunta de pesquisa qualitativa de método misto e facilita o rigor na pesquisa ao definir elementos-chave de questões de pesquisa não quantitativas (Cooke et al., 2012). A ferramenta explicita as dimensões que devem ser consideradas e que se agrupam no seu acrónimo: (S) *Sample*, amostra; (PI) *Phenomenon of Interest*, fenómeno de interesse, (D) *Design*, tipo de estudos, (E) *Evaluation*, avaliação, (R) *Research Type*, tipo de pesquisa. Considerou-se assim:

- Amostra: Mulheres Empregadas e Vítimas de Violência. Este grupo fornecerá insights sobre como a violência nas relações de intimidade impacta as experiências profissionais, incluindo o ambiente de trabalho, o desempenho e as relações interpessoais no local de trabalho.
- Fenómeno de interesse: impactos da VPI na produtividade.
- Tipo de estudo: qualquer tipo de estudo que aborde empiricamente a relação entre VPI e produtividade laboral.
- Avaliação: a produtividade laboral pode ser medida de forma objetiva ou subjetiva.

- Tipo de pesquisa: abrange estudos quantitativos, qualitativos e métodos mistos, visando uma visão abrangente do fenômeno.

Construiu-se assim a questão de investigação: "Quais são os impactos da violência por parceiro íntimo (VPI) na produtividade laboral de mulheres empregadas vítimas de VPI, considerando medições objetivas e subjetivas, com base em estudos quantitativos, qualitativos e de métodos mistos?". Esta questão permitiu uma análise abrangente, considerando diferentes abordagens metodológicas e formas de medir a produtividade, além de abranger as várias dimensões da experiência profissional dessas mulheres.

Os termos utilizados na pesquisa utilizada foram: (“domestic violence” OR “intimate partner violence”) AND (“work* productivity” AND “women”) no título/resumo. Os registos foram considerados elegíveis se os artigos fossem publicados nos últimos 15 anos (2009 – 2024), em revistas científicas indexadas e revistas por pares, escritos em inglês ou português.

No quadro abaixo sistematiza-se a informação relativa à metodologia SPIDER.

Quadro 2

Metodologia SPIDER

Estratégia	Palavras-Chave				
SPIDER					
S	Mulheres	Empregadas	e		
Amostra	Vítimas de Violência.				
PI	Impactos	da	VPI	na	
Fenómeno de interesse	produtividade.				
D	Impactos	da	VPI	na	“domestic
Tipo	de	produtividade.			violence”
estudos					OR
					“intimate partner
					violence”
					AND
					“work* productivity”
					AND “women”
E	A produtividade laboral pode				
Avaliação	ser medida de forma objetiva ou				
	subjetiva				

R	Abrange	estudos
Tipo de pesquisa	de quantitativos, qualitativos e métodos mistos, visando uma visão abrangente do fenômeno.	

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: 1) inclusão de estudos quantitativos, qualitativos e de métodos mistos; 2) limitação a artigos publicados em inglês ou português; 3) foco em estudos com mulheres empregadas e vítimas de violência nas relações de intimidade; 4) consideração de estudos que investigam a interseção entre violência e produtividade no trabalho/emprego. Os critérios de exclusão foram os seguintes: 1) artigos de opinião; 2) estudos com amostras de mulheres não expostas à violência nas relações de intimidade; 3) artigos publicados em idiomas diferentes do inglês ou português.

2.1.2 Extração da informação e avaliação da qualidade dos estudos

A extração da informação e avaliação da qualidade dos estudos foi feita por uma revisora, a autora da dissertação. Os registos foram importados para o Excel a fim de remover duplicados e registos irrelevantes. Posteriormente, com base na revisão do título e do resumo de todos os artigos, rejeitaram-se todos os artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão no estudo, tendo sido lidos os restantes registos. A análise dos artigos incluídos forneceu informações essenciais sobre cada um deles, incluindo autores, ano de publicação, objetivos do estudo, população estudada, metodologias aplicadas e principais conclusões. No final foram incluídos na revisão 8 registos.

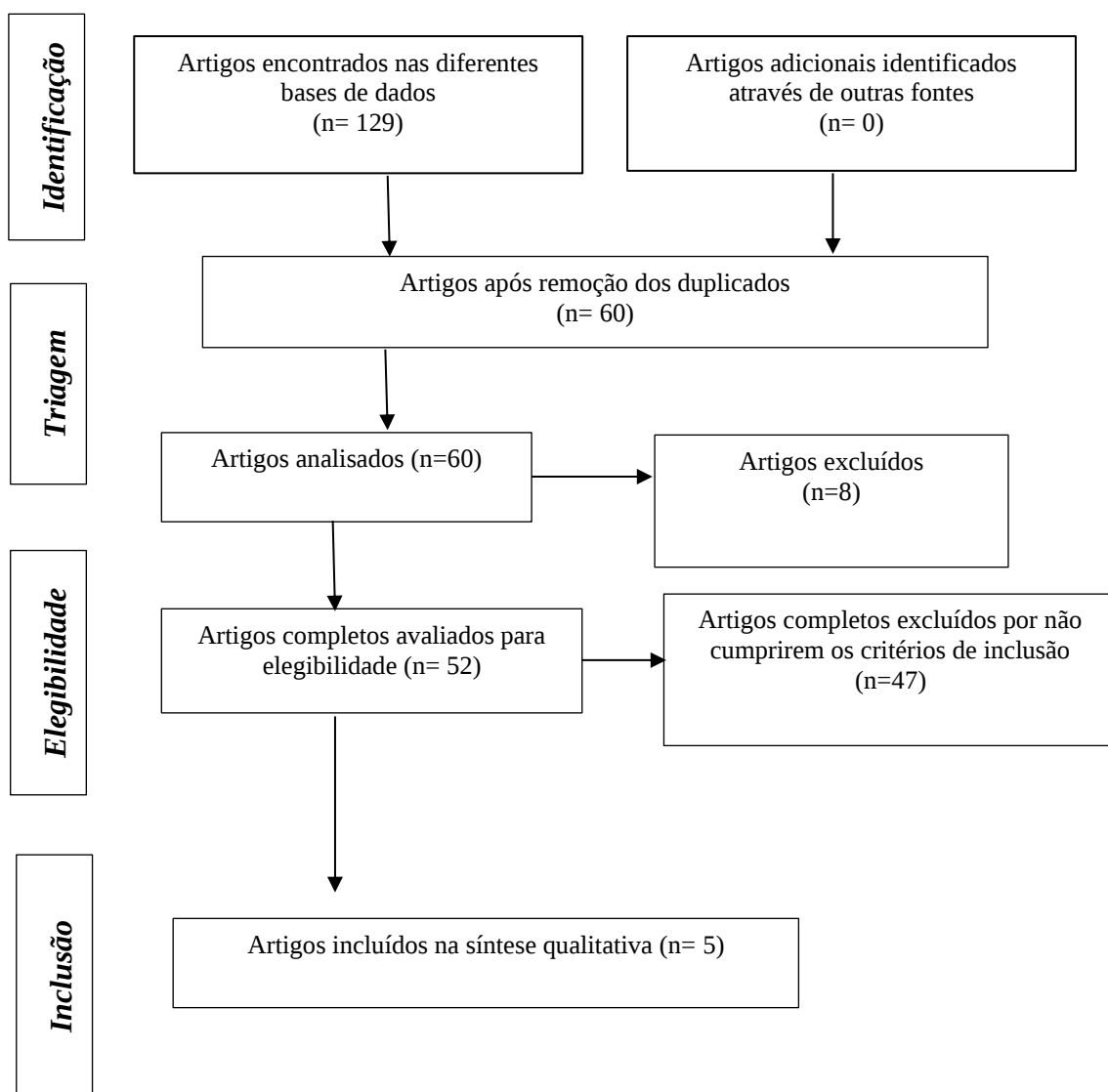
Para avaliar a qualidade dos estudos incluídos na revisão, utilizou-se uma adaptação da ferramenta de CASP Checklist: Systematic Reviews With Meta-Analysis Of Randomised Controlled Trials (RCTs) que avaliou a validade dos resultados, a importância dos resultados, e aplicabilidade dos resultados. As fichas de avaliação são apresentadas no Apêndice 1. Todos os estudos incluídos na investigação foram avaliados como tendo alta qualidade e nenhum estudo foi excluído por ter reduzida qualidade.

Capítulo 3 | Resultados

Na pesquisa inicial encontraram-se 129 registos, tendo sido eliminados 69 duplicados. Com base na revisão do título e do resumo, rejeitaram-se todos os artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão definidos. Foram lidos integralmente 52 registos, dos quais 47 foram excluídos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão definidos. Este processo apresenta-se na Figura 1. No final foram incluídos na revisão 5 registos, que são apresentados no Quadro 3.

Figura 1.

Diagrama de fluxo dos estudos incluídos na revisão da literatura



Dos 5 estudos analisados, 2 utilizam métodos quantitativos (40%), 2 adotam métodos qualitativos (40%) e 1 estudo aplica métodos mistos (20%).

Relativamente aos países de origem, os estudos analisados abrangem populações da Jordânia, Canadá, EUA, Índia, México, Sri Lanka, China e Camboja, refletindo uma diversidade geográfica significativa. No entanto, faltam estudos focados em populações de regiões como África, Europa e Oceânia, o que limita a compreensão global do fenómeno.

A maior parte dos estudos foi publicada em 2022, sendo apenas 1 publicado em 2020, o que indica a relevância atual destas temáticas. Os estudos analisados foram publicados em diversos jornais: *Journal of Family Violence* (2 trabalhos), *Journal of Family Medicine and Primary Care*, *World Development* e *The Family Journal*. Todos estes jornais abordam temas relacionados com a violência e a saúde mental, se bem se diferenciam nas áreas específicas que focam. O *Journal of Family Violence* foca em pesquisas sobre violência doméstica, abuso infantil e violência entre parceiros íntimos, enquanto o *Journal of Family Medicine and Primary Care* aborda medicina familiar e cuidados primários, incluindo saúde comunitária e prevenção de doenças. O *World Development* explora questões de desenvolvimento global, como economia, desigualdade e sustentabilidade, incluindo o impacto social e económico da violência. O *The Family Journal* trata de terapia familiar e aconselhamento, abordando intervenções para problemas emocionais e comportamentais nas famílias. O *World Development* é o único jornal que foca também questões organizacionais, ao analisar o desenvolvimento económico e social e incluir a violência de género e os seus efeitos nas dinâmicas laborais e produtivas, especialmente em países em desenvolvimento.

A produtividade foi avaliada através de Work/School Abuse Scale (W/SAS de Riger et al., 2000; aplicada no estudo de Al-Modallal, 2022); Workplace Disruptions Assessment” (IPV-WDA, desenvolvida e aplicada por Showalter & Bosetti, 2022) e de medidas construídas para o estudo que correspondiam a questões sobre intenção de turnover e absentismo, ou sintomas da VPI no trabalho como falta de concentração (Giesbrecht, 2022; Subhashchandra et al., 2022; Weziak-Białowolska et al., 2020).

Seguidamente apresentam-se os principais resultados dos 5 estudos revistos, com o objetivo de contribuir para sistematizar o conhecimento geral sobre VPI, e indica-se a forma como o estudo contribui para se compreender a relação entre VPI e produtividade.

Al-Modallal (2022), realizou um estudo com 177 mulheres da Jordânia que sofreram VPI, com o objetivo de identificar a distribuição das táticas de interferência e restrição no emprego, bem como as dificuldades pessoais e profissionais associadas; de explorar os efeitos

do comportamento de interferência e restrição no emprego sobre a vida pessoal e profissional das mulheres; e de examinar se a interferência/restrrição no emprego é afetada por características familiares e demográficas das mulheres. As táticas de interferência e de restrição são estratégias usadas para impedir ou dificultar o desempenho profissional de uma pessoa, frequentemente em contextos de violência doméstica. Táticas de interferência envolvem ações diretas no local de trabalho ou em relação aos colegas de trabalho, como assediar a vítima no local de trabalho, incomodar os colegas, mentir sobre a vítima para os seus colegas, forçar a vítima a abandonar o emprego, mentir sobre a saúde dos filhos ou ameaçar a vítima para que deixe o trabalho. Táticas de restrição envolvem ações que limitam fisicamente ou emocionalmente a capacidade da vítima de trabalhar, como sabotar o carro, não cuidar dos filhos, roubar o carro ou dinheiro para impedir a ida ao trabalho, recusar dar boleia ou restringir fisicamente a vítima, e ameaçar para impedir que a vítima vá trabalhar. Para atingir os objetivos utilizaram 4 instrumentos, incluindo o Work/School Abuse Scale (W/SAS, Riger et al., 2000). A tática de interferência mais comum relatada pelas participantes foi o assédio no trabalho (7.9%) e a obrigação de abandonar o trabalho (7.3%). No que diz respeito às táticas de restrição, a tática mais comum foi o parceiro não mostrar cuidados aos filhos (8.5%) e a ameaça de impedir a mulher de ir trabalhar (7.3%). Relativamente às dificuldades associadas a nível pessoal, a dificuldade laboral mais referida foi a “irritabilidade ou irritação fácil” (43.8%), seguida por “assustar-se facilmente” (39.8%). A nível profissional, a dificuldade mais referida foi a “incapacidade de concentração no trabalho” (27.3%), seguida por “incapacidade de realizar o trabalho da melhor forma possível” (21%), que foi a segunda dificuldade mais referida. No que se refere à estabilidade do emprego, as frequências não foram elevadas em comparação com as outras dificuldades, tendo 5.1% das mulheres referido ter deixado um emprego anterior e 6.8% ter perdido um emprego em resultado da sua experiência de interferência/restrrição no emprego. Entre as características familiares e demográficas das participantes, apenas o “número de filhos” foi significativo na previsão da interferência ou restrição no emprego: quanto maior o número de filhos mais as mulheres experienciavam situações de interferência/restrrição. O estudo identificou uma relação significativa entre as dificuldades pessoais e profissionais das mulheres e a interferência ou restrição no emprego resultante da violência doméstica. As dificuldades pessoais foram mais relatadas do que as profissionais. A violência afeta a saúde física e mental das mulheres antes de prejudicar a sua participação no trabalho, sendo a interferência no emprego uma consequência da violência doméstica. Assim, mulheres que sofrem interferência no emprego já enfrentam problemas de saúde relacionados à violência em casa. Espera-se que

aquelas vitimizadas tanto em casa quanto no trabalho enfrentem maiores desafios pessoais e profissionais em comparação com as que sofrem violência apenas em casa. Recomenda-se que as intervenções de prevenção primária considerem o papel das mulheres, colegas de trabalho e empregadores na resolução deste problema. Os potenciais efeitos positivos do trabalho na VPI não são mencionados.

O estudo de Giesbrecht (2022) consistiu na realização de um questionário a participantes do Canadá para investigar o impacto da VPI no local de trabalho. O questionário combinou questões quantitativas e qualitativas que foram elaboradas para o estudo pela autora e um painel de peritos. Verificou-se que grande parte dos entrevistados relataram experiências de VPI tanto em casa quanto no ambiente de trabalho, destacando a importância de reconhecer os efeitos da violência doméstica na vida profissional das vítimas. A VPI afetou muitos dos entrevistados no trabalho, através do efeito de chamadas, mensagens e e-mails repetidos por parte dos seus parceiros, através de impedimentos para ir trabalhar, e devido ao surgimento no local de trabalho do agressor para controlar a vítima. Embora inicialmente apenas 185 entrevistados se identificassem como vítimas de VPI, 204 afirmaram que os comportamentos abusivos dos parceiros os afetaram no trabalho. A autora indica ser claro que a produtividade era negativamente impactada para quem sofre VPI, com mais de 80% dos 204 entrevistados a relatarem dificuldades de concentração no trabalho. Além disso, 74% sentiram que não conseguiam desempenhar as suas funções da melhor forma possível. Uma parte significativa dos entrevistados ficou ausente do trabalho indicando que estava doente (60.8%) ou foi para casa (46.1%) porque estava demasiado angustiado para continuar a trabalhar. Além disso, 12.7% faltaram ao trabalho devido a lesões físicas provocadas pela VPI. Giesbrecht (2022) salienta que as organizações também sofrem com a perda de produtividade e com os custos financeiros relacionados com a contratação e formação de novos funcionários, quando as vítimas perdem o emprego (12.3%) ou decidem sair (14.7%) devido à VPI. Não são medidos potenciais impactos positivos do trabalho na VPI.

O estudo de Showalter e Bosetti (2022) decorreu em contexto de trabalho. Consistiu no desenvolvimento e num teste piloto de uma medida dos impactos da VPI no trabalho e na estabilidade económica. O estudo estendeu o questionário “Intimate Partner Violence and Workplace Disruptions Assessment” (IPV-WDA), adaptando instrumentos já desenvolvidos (e.g., Work/School Abuse Scale, W/SAS, Riger et al., 2000) e incluindo medidas de abuso por via tecnológica. Foi aplicado a uma amostra de 41 sobreviventes dos EUA que continuaram a trabalhar enquanto sofriam abuso. O IPV-WDA é uma medida abrangente de 34 itens de táticas

abusivas que os parceiros utilizam para sabotar diretamente o emprego dos sobreviventes (e.g., “o meu parceiro sabotou a organização dos cuidados infantis quando eu precisava de trabalhar”), bem como os efeitos indiretos do abuso na concentração, produtividade e motivação no local de trabalho (e.g., “eu não me preocupava em ter um bom desempenho no meu trabalho”). Esta escala inclui assédio relacionado com a tecnologia, o que não foi considerado anteriormente e tem potencial para ser bastante impactante (e.g., “o meu parceiro monitorizava a minha localização através de sítios Web ou do rastreio do telemóvel enquanto eu estava no trabalho”). Para cada item, foi pedido aos participantes que respondessem com que frequência sentiam cada perturbação no local de trabalho, utilizando as seguintes opções: nunca, raramente, por vezes, frequentemente e sempre. A escala tem um fator, demonstrou unidimensionalidade, alta confiabilidade e validade. Relativamente aos impactos da VPI e produtividade, este estudo sugere que é através das táticas de poder e controlo utilizadas pelos agressores para prejudicar física, emocional, mental e financeiramente os seus parceiros românticos que a VPI extravasa para a produtividade laboral. Não se apresentam dados descritivos (médias ou desvio-padrão) das táticas abusivas, mas verifica-se que, no conjunto da amostra, as participantes utilizam toda a escala de resposta que varia de “nunca” a “sempre” para todas as táticas descritas nos itens, sugerindo-se que são todas relevantes. Os itens da escala medem o impacto negativo na produtividade e nas oportunidades profissionais, sublinhando os prejuízos tanto para a vítima quanto para o ambiente de trabalho. Não são medidos potenciais impactos positivos do trabalho na VPI. Em concreto, avalia-se: sabotagem na educação, sabotagem das relações profissionais, ritmo de trabalho mais lento, desinteresse pelo trabalho, falta de confiança, rejeição de promoções, cansaço constante, esquecimento, falta de atenção aos detalhes, dificuldade de concentração, perda de horas (chegada tardia/saída antecipada), perda de horas (pausas/intervalos para almoço), faltas de dias de trabalho, faltas prolongadas (semanas), despedimento ou ser dispensado, desistência ou demissão, histórico de trabalho irregular, falha em atingir metas a longo prazo.

Subhashchandra e colaboradores (2022) tiveram como objetivos encontrar os determinantes da violência doméstica contra mulheres em geral, incluindo VPI e outros tipos de violência. As participantes são mulheres da Índia que foram entrevistadas nas suas casas. Foi desenvolvido e aplicado um questionário semi-estruturado que consistia em questões relativas ao perfil sociodemográfico, aos vários tipos de violência doméstica enfrentados pelos participantes no estudo e aos fatores que conduzem a essa violência. Incluía perguntas sobre violência física, abuso sexual, abuso psicológico e emocional por parte dos parceiros íntimos e

de outros membros da família. Os resultados indicaram que a VPI é o tipo de prevalência mais reportado. Níveis menores de educação, por parte do agressor e da vítima, consumo de álcool por parte dos parceiros, e menor envolvimento na tomada de decisão familiar associava-se a maior prevalência de violência doméstica. Estar empregado salientou-se como sendo um fator de proteção. No entanto, este dado não foi aprofundado e não existe avaliação do impacto da VPI na produtividade de quem está empregado.

O estudo de Weziak-Białowolska e colaboradores (2020) investigou a prevalência de violência doméstica na indústria do vestuário no México, Sri Lanka, China e Camboja, bem como os seus impactos em fatores como intenção de deixar o trabalho, demissões, desempenho reduzido, atitudes laborais (envolvimento no trabalho e satisfação) e qualidade auto-relatada do trabalho. Este estudo foi considerado para a revisão apesar de não se focar na VPI, mas na violência doméstica devido ao número limitado de estudos encontrados e por ser um estudo longitudinal com um grande número de dados. Foram utilizados dados longitudinais de 5328 trabalhadores, em concreto os resultados do Worker Well-Being Survey (WWBS) e medidas específicas para o assédio e violência doméstica, e impactos/sintomas de VPI no trabalho, entre outras. Foram avaliadas três formas distintas de violência doméstica: (1) agressão emocional, (2) agressão física e (3) coerção sexual por parte de alguém no seu agregado familiar nos últimos 12 meses. Os resultados evidenciam que a violência doméstica foi identificada como fator de stress. A violência doméstica não levou diretamente a demissões por parte das vítimas, mas aumentou a intenção de turnover. Tornou também as atitudes em relação ao trabalho mais negativas e diminuiu a qualidade do trabalho. Potenciais efeitos positivos do trabalho na violência doméstica não são mencionados.

Quadro 3

Análise dos artigos da Revisão Sistemática

Autores e Ano	Título do artigo	do Desenho do estudo	Objetivo(s)	Metodologia	Principais resultados	Resultados relativos à produtividade
Al-Modallal (2022)	Domestic Violence Against Women in the Workplace: Difficulties at the Personal and Professional Levels	Estudo quantitativo	Os objetivos do presente estudo são (1) identificar a distribuição das táticas de interferência/restricção no emprego, bem como as dificuldades pessoais e profissionais associadas, (2) explorar os efeitos do comportamento de interferência/restricção no emprego sobre a vida	Foram incluídas 177 mulheres que trabalhavam numa instituição de ensino superior. A análise de regressão linear foi utilizada para examinar as associações.	As táticas de interferência/restricção no emprego são caracterizadas por serem de natureza “controladora”. Esta característica explicou os relatos de violência das mulheres e as queixas de dificuldades relacionadas. Dificuldades pessoais associadas ao emprego interferência/cont	Entre as principais dificuldades profissionais associadas à VPI, destacam-se: dificuldade de concentração no trabalho (27,3%), incapacidade de desempenhar o trabalho da melhor forma possível (21%) e licenças médicas relacionadas ao impacto emocional do abuso (19,9%). Essas dificuldades refletem uma queda significativa na produtividade e, em alguns casos, comprometem a estabilidade no emprego, com 5,1% das mulheres relatando que desistiram de seus empregos e 6,8%

			pessoal e profissional das mulheres, e (3) examinar se a interferência/restricção no emprego é afetada por características familiares e demográficas das mulheres.			indicando que perderam os seus empregos devido à violência doméstica.
--	--	--	--	--	--	---

Showalter & Bosetti (2022)	Workplace: Results of a Saskatchewan Survey	(VPI) em casa, são afetados no trabalho.	questões para respostas qualitativas e abertas	64,8% dos entrevistados relataram que sofreram algum tipo de abuso por parte de um parceiro íntimo, seja atual ou antigo	para os empregadores devido à perda de produtividade, saídas e contratações relacionadas com a VPI foi de 77,9 milhões de dólares em 2009, equivalente a 91,2 milhões de dólares em 2018
	The IPV-WDA: Developing an Abusive Workplace Disruptions Assessment Using Item Response Theory	O presente estudo cria um teste piloto de uma medida com tecnologia inclusiva de interrupções no local de trabalho para sobreviventes de VPI.	O presente estudo utilizou a teoria de resposta ao item (modelo IRT-Rasch) para desenvolver e testar o IPV-WDA com uma amostra de sobreviventes de violência por parceiro íntimo (N=41) que trabalharam	O IPV-WDA mostrou unidimensionalidade, alta confiabilidade e validade, bem como itens que variavam de experiências comuns a graves. Todos os itens forneceram informações exclusivas sobre as experiências dos sobreviventes em relação às interrupções no local de trabalho	Os principais impactos incluem: Redução de horas de trabalho, com sobreviventes da VPI a chegarem tarde, saírem cedo ou faltarem, o que diminui o total de horas trabalhadas; Desempenho prejudicado, em que cerca de metade dos sobreviventes revela um desempenho reduzido, com menor eficiência e qualidade; e Desgaste emocional, que afeta o desempenho de

			enquanto sofriam abuso.	forma variável consoante a experiência individual. Estes fatores contribuem para a perda de produtividade e para a instabilidade no emprego.
Subhashchandra et al. (2022)	Domic violence and its associated factors among married women in urban Chennai: A cross-sectional study	Um estudo quantitativo transversal	Encontrar a extensão da violência doméstica em Chennai Urbano, Tamil Nadu e encontrar os fatores associados a ela.	As mulheres vítimas de violência doméstica enfrentam impactos significativos na sua produtividade no trabalho, incluindo incapacidade de concentração (27,3%), dificuldade em realizar o trabalho com a melhor eficiência (21%) e faltas ao trabalho devido a questões emocionais (17%). Adicionalmente, 5,1% das mulheres referiram ter desistido do emprego, e 6,8% perderam o
			Os dados foram analisados por meio do cálculo de Percentagens e Proporções e foram apresentados em tabela adequada. Testes estatísticos do tipo Odds ratio e Qui-Quadrado foram utilizados para encontrar os fatores associados	A prevalência da violência doméstica foi de 38,2%, sendo a violência física, sexual, psicológica e emocional composta por 28,7%, 9,1%, 12,6% e 15,4%, respetivamente.

				às variáveis do estudo.		emprego como resultado
				Análise		direto da violência
				bivariada e		doméstica.
				multivariada foi		
				realizada para		
				identificar fatores		
				associados à		
				violência		
				doméstica.		
	The		Este		Os resultados	Os principais
	impact of		estudo abordou a		demonstraram que o WH	resultados indicam que o
	workplace		prevalência de		e VD são stressores	assédio no local de trabalho
	harassment		assédio no local	As	significativos e afetam o	(agressão emocional e
	and domestic		de trabalho (WH)	relações são	afastamento do trabalho,	assédio sexual) e a violência
	violence on	Est	e violência	modeladas	as atitudes profissionais e	doméstica estão associados a
Weziak-	work	udo	doméstica (VD)	usando regressões	a qualidade de trabalho.	consequências negativas na
Białowolska et al.	outcomes in	quantitativo	na indústria de	de risco lineares,	Contrariamente à crença	produtividade dos
(2020)	the developing		vestuário no	logísticas ou	comum, os resultados não	trabalhadores da indústria de
	world		México, Sri	proporcionais de	revelam que WH e VD	vestuário. Especificamente,
			Lanka, China e	Cox.	contribuem para as	esses fatores aumentam o
			Camboja e os		decisões de abandonar o	número de dias de
			impactos de WH e		emprego; no entanto,	capacidade limitada,

VD nos resultados relacionados com a retirada do trabalho	descobriu-se que ambos têm impacto nas intenções de saída.	diminuem a satisfação no trabalho, o engajamento e a qualidade autoavaliada do trabalho. Embora o assédio e a violência influenciem a intenção de sair do emprego, eles não resultam necessariamente na decisão de abandonar o emprego. Esses efeitos foram robustos em análises longitudinais realizadas com trabalhadores mexicanos, confirmando a influência negativa dessas variáveis na produtividade.
---	--	---

Capítulo 4 | Discussão

Neste capítulo são apresentados e discutidos os principais resultados desta revisão sistemática da literatura. O objetivo do estudo foi identificar o impacto da VPI na vida profissional da mulher vítima. Para tal, construiu-se uma questão de investigação utilizando a metodologia SPIDER e realizou-se a revisão seguindo a metodologia PRISMA. Identificaram-se 5 estudos empíricos que cumpriam os critérios do estudo que utilizavam diferentes metodologias e abrangiam contextos geográficos. A análise dos 5 estudos reforça que a VPI é um problema global com consequências económicas, sociais e de saúde graves, que afetam tanto a vida pessoal quanto a profissional das vítimas.

Os resultados dos estudos analisados indicam de forma consistente que a VPI tem impactos negativos na produtividade das vítimas no local de trabalho. No estudo de Al-Modallal (2022), as mulheres que sofreram VPI relataram dificuldades significativas, tanto pessoais quanto profissionais. Entre as dificuldades pessoais, o estudo destacou que a "irritabilidade" e a "falta de concentração" no trabalho eram impactos comuns, evidenciando como a VPI afeta a saúde mental das vítimas, comprometendo a sua capacidade de concentração e o desempenho nas suas funções de maneira eficaz. Este impacto a nível cognitivo e emocional é corroborado no estudo de Giesbrecht (2022), que ilustra dificuldades de concentração e baixa produtividade como resultado da VPI.

O absentismo é outro efeito frequentemente relatado. Giesbrecht (2022) descobriu que mais de 60% dos entrevistados faltaram ao trabalho devido a questões relacionadas à VPI, seja por motivo de saúde ou por estarem emocionalmente angustiados. O absentismo tem um custo elevado para as organizações, que precisam lidar com a diminuição da força de trabalho e a perda de horas produtivas. Este aspeto é também salientado por Showalter e Bosetti (2022), que desenvolveram uma medida para avaliar as interrupções no trabalho causadas pela VPI. Os resultados mostraram que as táticas de controlo e sabotagem por parte dos agressores, como o impedimento de ir ao trabalho ou a monitorização tecnológica, também contribuem significativamente para a perda de horas de trabalho, atrasos e absentismo.

O conjunto dos resultados é importante para compreender a extensão dos impactos da VPI nas organizações. A perda de produtividade está associada à incapacidade das vítimas de realizar as suas tarefas de maneira eficiente, mas também aos efeitos prolongados de traumas psicológicos, assédio e interrupções diretas causadas pelos agressores. Além disso, como destacado por Showalter e Bosetti (2022), as táticas de controlo utilizadas pelos agressores para interferir no trabalho das vítimas não apenas limitam a capacidade das vítimas de se dedicarem

ao trabalho, mas também prejudicam o seu desenvolvimento profissional e estabilidade no emprego.

Os custos associados à perda de produtividade e à rotatividade de funcionários são outros aspetos que emergem nos estudos. Giesbrecht (2022) apontou que a VPI afeta as empresas devido ao absentismo e ao turnover. Aproximadamente 12% dos entrevistados relataram que perderam o emprego devido à VPI, enquanto 15% decidiram sair dos seus empregos devido a VPI. As organizações têm custos elevados associados ao investimento em novas contratações e formação, resultantes da substituição de colaboradores que perdem o emprego ou saem por causa do abuso. Os resultados de Weziak-Białowolska e colaboradores (2020) também corroboram essa perspectiva, ao mostrar que a violência doméstica, incluindo a VPI, aumenta a intenção de turnover entre os funcionários e gera atitudes mais negativas em relação ao trabalho. Embora o estudo não tenha encontrado uma ligação direta entre a violência e as demissões, os autores destacam que a insatisfação no trabalho e o desejo de sair são consequências comuns, especialmente em setores vulneráveis como a indústria do vestuário. A relação entre VPI, absentismo, e intenção de deixar o emprego parece ser uma tendência transversal, afetando diferentes regiões e setores da economia.

Embora a maioria dos estudos se concentre nos impactos negativos da VPI na produtividade e no emprego, um aspeto importante que emerge da literatura é a possibilidade de o trabalho funcionar como um mecanismo de *coping* para as vítimas. Estudos como o de Reeves e O'Leary-Kelly (2007) sugerem que, para algumas vítimas, o emprego pode ser uma forma de lidar com o abuso, proporcionando uma sensação de normalidade, independência financeira e uma oportunidade de escapar da situação abusiva. Essa dualidade entre os impactos negativos e os potenciais benefícios do trabalho para as vítimas é um ponto crucial a ser explorado que não foi considerado nos estudos. Como se indica nos resultados, nos estudos revistos não foram medidos potenciais impactos positivos do trabalho na VPI. Por um lado, o trabalho pode oferecer um espaço de segurança e uma rede social que pode ajudar as vítimas a lidar com a VPI. Por outro, o próprio ambiente de trabalho pode ser um local de vulnerabilidade, especialmente quando os agressores utilizam táticas de interferência e restrição no local de trabalho. Esta complexidade foi indicada pelos estudos de MacGregor et al. (2019, 2022), que apontam que, embora o trabalho possa oferecer apoio emocional e uma fuga temporária, ele também pode expor as vítimas a novos tipos de abuso, principalmente quando o agressor utiliza a tecnologia para controlar ou assediar a vítima remotamente.

Existem lacunas importantes na literatura de VPI. Uma das principais limitações é a falta de estudos focados em regiões como África, Europa e Oceânia, conforme destacado pela revisão. Embora a VPI seja reconhecida como um problema global, a maioria dos estudos analisados concentra-se em países da América do Norte, Ásia e América Latina, o que limita a compreensão da relação entre VPI e produtividade em contextos culturais e socioeconômicos diferentes. A ausência de estudos sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 no contexto da VPI, tanto no trabalho presencial como no teletrabalho, é outra lacuna. A pandemia foi um período marcante, durante o qual muitos países registaram um aumento significativo na VPI, exacerbada pelo confinamento, isolamento social e mudanças nas dinâmicas familiares e laborais, como o teletrabalho e houve uma diminuição no acesso aos serviços de apoio à vítima (Moreira & Costa, 2020). Seria uma oportunidade de compreender melhor os impactos negativos e os potenciais benefícios do trabalho e teletrabalho em vítimas de VPI. Seria também importante para tirar lições para a elaboração de políticas de prevenção e intervenção em situações de crise futuras.

Outro ponto importante a ser explorado em pesquisas futuras é a necessidade de analisar a eficácia das intervenções organizacionais para apoiar vítimas de VPI, como programas semelhantes ao lançado pela Fundação Vodafone. As organizações desempenham um papel crucial na prevenção, e a falta de compreensão sobre a VPI pode levar à implementação de estratégias inadequadas (WHO, 2022). Acabar com a violência contra as mulheres requer uma abordagem abrangente e o compromisso contínuo de diversas partes interessadas. Dada a natureza multifacetada dos fatores que influenciam as causas e consequências da violência de gênero, as iniciativas para a combater requerem uma abordagem multisectorial e o compromisso sustentado de diferentes *stakeholders*, onde salientamos as organizações de trabalho (U.S. Department of State, 2022).

Capítulo 5 - Conclusões do estudo

A revisão sistemática sustenta que a VPI tem um impacto significativo na produtividade das mulheres vítimas, tendo sintomas cognitivos e emocionais disruptivos no trabalho, e gera custos elevados para as organizações, especialmente em termos de absentismo, perda de emprego e rotatividade. A literatura atual oferece uma boa base de conhecimento, mas ainda há muito a ser explorado, especialmente no que diz respeito aos contextos culturais e regionais diversos, e à investigação sobre como as organizações podem melhor apoiar as vítimas e mitigar os impactos da VPI na produtividade. Embora haja informação nos vários estudos analisados sobre os fatores associados à VPI, os estudos centraram-se na análise de apenas alguns, não transparecendo a influência das várias dimensões explicativas da VPI. Compreender a complexidade do fenómeno é fundamental para se conseguir delinear boas estratégias de intervenção e prevenção.

Uma limitação do estudo é que apenas 5 estudos cumpriram os critérios da revisão e foram analisados em profundidade. Eram necessários mais estudos para aumentar a robustez das conclusões. Sendo que a temática é relevante, interessa ter mais pesquisa nesta área. Outra limitação importante é que a triagem dos artigos foi realizada por uma única pessoa. Isto constitui uma limitação importante no processo de seleção pois quando apenas um autor é responsável por essa tarefa, há um maior risco de vieses. As decisões sobre quais artigos incluir ou excluir podem ser influenciadas por interpretações subjetivas, o que pode comprometer a qualidade e a validade das conclusões. Portanto, a participação de mais revisores seria recomendada para estudos futuros.

Embora a revisão tenha focado em poucos estudos e a triagem dos artigos tenha sido realizada por apenas uma pessoa, o estudo sistematiza contributos sobre como a VPI afeta a produtividade no trabalho e indica a necessidade de investigar mais profundamente certas áreas, destacando lacunas na pesquisa atual, como as consequências diretas e indiretas da VPI para as vítimas e para os empregadores. Além disso, o estudo reforça a importância de uma abordagem à VPI mais integrada, que considere também as implicações organizacionais. Políticas que reconheçam e abordem a VPI em contexto organizacional podem oferecer um suporte significativo para vítimas, colegas de trabalho e empregadores, ajudando a mitigar e prevenir a VPI.

Referências

- Adhia, A., Gelaye, B., Friedman, L. E., Marlow, L. Y., Mercy, J. A., & Williams, M. A. (2019). Workplace interventions for intimate partner violence: A systematic review. *Journal of Workplace Behavioral Health*, 34(3), 149–166.
- Al-Modallal, H. (2022). Domestic Violence Against Women in the Workplace: Difficulties at the Personal and Professional Levels. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families* 1-8
- Amor, P., Echeburúa, E., Camarillo, L., Ferre, F., Sarasua, B., & Zubizarreta, I. (2022). Emotional dependency and abuse in female victims of intimate partner violence. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, 30(2), 291-307. <https://doi.org/10.51668/bp.8322115s>.
- Anupam, L., Kumar, P., & Kumar, J. (2022). Domestic Violence: Consequences, Causes and Preventive Measures. *Indian Journal of Psychology and Education*, July, 2022, Vol. 12, No.2, pp 40-43
- Beecham, D. (2014). *An exploration of the role of employment as a coping resource for women experiencing intimate partner abuse*. *Violence and Victims*, 29(4), 594
- Bilal, A., Anjum, M., Ali, U., Saif, R., Sajjad, M., & Khan, I. (2021) Influence of Domestic Violence on Mental Health. *Journal of Biomedical Science*. 4. 1122-1124. 10.38125/OAJBS.000000.
- Blodgett, C. & Lanigan, J. D. (2017). The Prevalence and Consequences of Intimate Partner Violence Intrusion in the Workplace. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 27(1), 15–34. <https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1330297>
- Bradbury-Jones, C. & Isham, L. (2020). The pandemic paradox: The consequences of COVID-19 on domestic violence. *Journal of clinical nursing*, 29(13-14), 2047–2049. <https://doi.org/10.1111/jocn.15296>
- Brink, J., Cullen, P., Beek, K., & Peters, S. (2021). Intimate partner violence during the COVID-19 pandemic in Western and Southern European countries. *European Journal of Public Health*. 31. 10.1093/eurpub/ckab093.

- Budayová, Z. (2022). *Domestic violence against women*. International scientific board of catholic researchers and teachers in Ireland. ISBN: 978-1-9989986-4-7
- Burelomova, A., Gulina, M., & Tikhomandritskaya, O. (2018). *Intimate Partner Violence: An Overview of the Existing Theories, Conceptual Frameworks, and Definitions*. Psychology in Russia: State of the Art. 11. 128-144. 10.11621/pir.2018.0309.
- CDC – Risk and Protective Factors for Perpetration (2021) [https://www.cdc.gov/nchs/products/citations.htm]
- Centers for Disease Control and Prevention. (2003, March). *Costs of intimate partner violence against women in the United States*. Retrieves from www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipvbook-a.pdf
- Ceroni, T. L., Ennis, C. R., & Franklin, C. L. (2021, December 16). *The COVID-19 Pandemic: Implications for Intimate Partner Violence*. Couple and Family Psychology: Research and Practice. Advanced online publication. http://dx.doi.org/10.1037/cfp0000208
- Cooke, A., Smith, D., & Booth, A. (2012). Além do PICO: A ferramenta SPIDER para síntese de evidências qualitativas. *Pesquisa Qualitativa em Saúde*, 22(10), 1435–1443. <https://doi.org/10.1177/1049732312452938>
- Dangol, P. (2020). *An Analysis of Factors Improving Productivity at Work*. Quantitative Economics and Management Studies. 1. 268-274. 10.35877/454RI.qems200.
- Decreto Lei 57/2021. (2021). Diário da República | N.º 158/2021, Série I de 2021-08-16 [https://dre.pt/dre/detalhe/lei/57-2021-169602019], acessado a 04/01/2023
- Deen, C.M. (2020). Intimate partner aggression and work: An interdisciplinary review and agenda for future research. *J Organ Behav*. 43:236–259.
- Department of Health. *Responding to domestic abuse: a handbook for health professionals*. 2005. [http://sosvics.eintegra.es/Documentacion/01-Medico/01-03-Documentos-trabajo-prof/01-03-007-EN.pdf]

- Duvvury, N., Callan, A., Carney, P., & Raghavendra, S. (2013). Intimate partner violence: Economic costs and implications for growth and development. *Women's Voice, Agency and Participation Research Series*. 3.
- Duvvury, N., Vara-Horna, A., Brendel, C., & Chadha, M. (2023). Productivity impacts of intimate partner violence: Evidence from Africa and South America. *SAGE Open*, 13, 21582440231205524. <https://doi.org/10.1177/21582440231205524>.
- Gebara, C., Andrade, F., Fita, C., & Raybolt, F. (2020) Domestic violence and social perception: a bibliometric study. *Synesis*, v. 12, n. 2, p. 23-40, ago/dez 2020, ISSN 1984-6754. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil
- Giesbrecht, C.J. (2022) The Impact of Intimate Partner Violence in the Workplace: Results of a Saskatchewan Survey. *Journal of Interpersonal Violence* 2022, Vol. 37(3-4) 1960–1973
- Heise, L. (1998). Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework. *Violence against women*. 4. 262-90. [10.1177/1077801298004003002](https://doi.org/10.1177/1077801298004003002).
- Heise, L. (2012). Determinants of partner violence in low and middle-income countries: Exploring variation in individual and population —Level risk. PhD Thesis, London: London School of Hygiene Tropical Medicine.
- Idris, S., Aziz, N., Khalid, R., Nizar, N., Rasip, K., & Ayub, W. (2018). *Causes and Effects of Domestic Violence: A Conceptual Model on The Performance at Work* Syazliana Astrah Mohd Idris Johor Empowerment of Intellectual Women Association, Ministry of Women, Family and Society Development.
- Javed, S. & Mehmood, Y. (2020). *No Lockdown for Domestic Violence during COVID-19: A Systematic Review for the Implication of Mental-Well Being*. *Life and Science*. 1. 6. 10.37185/LnS.1.1.169.
- Jeyasankar, S., Phd, M., Hariharasudan, A., & Nawaz, N. (2021). Strategic Analysis of Intimate Partner Violence (IPV) and Cycle of Violence in the Autobiographical Text – When I Hit You. *SSRN Electronic Journal*. 8. [10.2139/ssrn.3932098](https://doi.org/10.2139/ssrn.3932098).
- Journal of Labour & Law* 12: 284–290. <https://doi.org/10.21638/spbu32.2022.124>

- Kasim, C. (2022). “Remote work and domestic violence against women”. Russian
- Kelly, U. (2011). *Theories of Intimate Partner Violence: From Blaming the Victim to Acting Against Injustice Intersectionality as an Analytic Framework*. ANS. Advances in nursing science. 34. E29-51. 10.1097/ANS.0b013e3182272388.
- Kirk, L. & Bezzant, K. (2020). What barriers prevent health professionals screening women for domestic abuse? A literature review. *British Journal of Nursing* (Mark Allen Publishing). 2020 Jul;29(13):754-760. DOI: 10.12968/bjon.2020.29.13.754. PMID: 32649247
- Kulkarni, S. & Ross, T. (2016). Exploring employee intimate partner violence (IPV) disclosures in the workplace. *Journal of Workplace Behavioral Health*. 31. 1-18. 10.1080/15555240.2016.1213637.
- Lawson, J. (2012) Sociological Theories of Intimate Partner Violence. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 22(5), 572–590. <https://doi.org/10.1080/10911359.2011.598748>
- MacGregor, J., C., D. et al. (2022). *Women’s Experiences of the Intersections of Work and Intimate Partner Violence: A Review of Qualitative Research*. TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE, Vol. 23(1) 224–240
- MacGregor, J., Oliver, C., Macquarrie, B., & Wathen, C. (2019). *Intimate Partner Violence and Work: A Scoping Review of Published Research*. Trauma, Violence, & Abuse. 22. 152483801988174. 10.1177/1524838019881746.
- Mankowski, E. S., Galvez, G., Perrin, N. A., Hanson, G. C., & Glass, N. (2013). Patterns of work-related intimate partner violence and job performance among abusive men. *Journal of interpersonal violence*, 28(15), 3041–3058. <https://doi.org/10.1177/0886260513488681>
- Manyema, M., Norris, S. A., Said-Mohamed, R., Tollman, S. T., Twine, R., Kahn, K., & Richter, L. M. (2018). The associations between interpersonal violence and psychological distress among rural and urban young women in South Africa. *Health & place*, 51, 97-106.

- Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2011). *Inquérito de Vitimação por Stalking - Relatório de investigação*. Universidade do Minho, Escola de Psicologia, Braga
- Matveeva A. (2017) Labor productivity: the cultural aspect. *Expert*, 22 (1031), 27–53
- Meisel, Joan & Chandler, Daniel & RIENZI, BETH. (2003). Domestic Violence Prevalence and Effects on Employment in Two California TANF Populations. *Violence Against Women*. 9. 1191-1212. 10.1177/1077801203255861.
- Menjívar, C., & Salcido, O. (2002). *Mulheres Imigrantes e Violência Doméstica: Experiências Comuns em Diferentes Países*. *Gênero e Sociedade*, 16 (6), 898-920. <https://doi.org/10.1177/089124302237894>
- Miguel-Álvaro, A., Fernández-Lansac, V., & Crespo, M. (2022). Quality of memories in battered women: Analysis of positive narratives. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 16, 601-609. <https://doi.org/10.1037/tra0001355>.
- Moreira, D. N., & Da Costa, M. P. (2020). The impact of the Covid-19 pandemic in the precipitation of intimate partner violence. *International journal of law and psychiatry*, 71, 101606.
- Murugan, V., Mahapatra, N., et al. (2022). South Asian Women's Organizations: An Exploratory Study of Workers' Perceptions on Intimate Partner Violence Related Help Seeking. *Journal of Family Violence* <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00354-6>
- Olorunsaiye, C. Z., Brunner, L., Laditka, S. B., Kulkarni, S., & Boyd, A. S. (2017). *Associations between women's perceptions of domestic violence and contraceptive use in seven countries in West and Central Africa*. *Sexual & Reproductive Healthcare*, 13, 1–8. <http://doi.org/10.1016/j.srhc.2017.01.003>
- Osborn, M. & Rajah, V. (2020). *Understanding Formal Responses to Intimate Partner Violence and Women's Resistance Processes: A Scoping Review*. *TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE* 1-15
- Peterson, C., Kearns, M. C., McIntosh, W. L., Estefan, L. F., Nicolaidis, C., McCollister, K. E., Gordon, A., & Florence, C. (2018). Lifetime Economic Burden of Intimate Partner

- Violence Among U.S. Adults. *American journal of preventive medicine*, 55(4), 433–444. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2018.04.049>
- Plášilová, L., Hůla, M., Krejčová, L., & Klapilová, K. (2021). The COVID-19 Pandemic and Intimate Partner Violence against Women in the Czech Republic: Incidence and Associated Factors. *International journal of environmental research and public health*, 18(19), 10502. <https://doi.org/10.3390/ijerph181910502>
- Reeves, C. & O'Leary-Kelly, A. (2007). The Effects and Costs of Intimate Partner Violence for Work Organizations. *Journal of interpersonal violence*. 22. 327-44. 10.1177/0886260506295382.
- Riger S., Ahrens C., Blickenstaff A. (2000). Measuring interference with employment and education reported by women with abusive partners: Preliminary data. *Violence and Victims*, 15(2), 161–172. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.15.2.161>
- Rothman, E. & Corso, P. (2008). *Propensity for Intimate Partner Abuse and Workplace Productivity: Why Employers Should Care*. Violence against women. 14. 1054-64. 10.1177/1077801208321985.
- Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna. (2021). *Relatório anual de segurança interna RASI: Relatório anual de monitorização*.
- Showalter, K. & Bosetti, R. (2022). The IPV WDA: Developing an Abusive Workplace Disruptions Assessment Using Item Response Theory. *Journal of Family Violence* (2022) 37:1195–1205
- Showalter, K. (2016). Women's employment and domestic violence: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 31, 37–47.
- Spencer, C. M., Stith, S. M., & Cafferky, B. (2022). What Puts Individuals at Risk for Physical Intimate Partner Violence Perpetration? A Meta-Analysis Examining Risk Markers for Men and Women. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(1), 36-51. <https://doi.org/10.1177/1524838020925776>
- Sprague, S., Slobogean, G. P., Spurr, H., McKay, P., Scott, T., Arseneau, E., Memon, M., Bhandari, M., & Swaminathan, A. (2016). A scoping review of intimate partner

- violence screening programs for health care professionals. *PLOS ONE*, 11(12), e0168502. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0168502>
- Strand, S. J., Stjernqvist, J., & Petersson, J. (2022). Risk factors for intimate partner violence among native and immigrant male partners in Sweden. *Nordic Journal of Criminology*, 23(2), 192–211. <https://doi.org/10.1080/2578983X.2022.2051306>
- Subhashchandra K, Selvaraj V, Jain T, & Dutta R. (2022). Domestic violence, and its associated factors among married women in urban Chennai: A cross sectional study. *J Family Med Prim Care*; 11:633-7.
- Swan, S., Gambone, L., Caldwell, J., Sullivan, T., & Snow, D. (2008). *A Review of Research on Women's Use of Violence with Male Intimate Partners*. Violence and victims. 23. 301-14. 10.1891/0886-6708.23.3.301.
- Swanberg, J., Logan, T. & Macke, C. (2005). *Intimate Partner Violence, Employment, and The Workplace*. Trauma, violence & abuse. 6. 286-312. 10.1177/1524838005280506.
- Syazliana, A., M., Khalid R.K.R.M., Aziz N.N.A., & Nizar, N.F.M. (2018). *Causes And Effects Of Domestic Violence: A Conceptual Model On The Performance At Work*. Proceeding – 4th Putrajaya International Conference on Children, Women, Elderly and People with Disabilities (PICCWED 4), 24-25 February 2018.
- U.S. Department of State. (2022). *Global strategy to prevent and respond to gender-based violence*. U.S. Department of State. https://www.state.gov/wp-content/uploads/2022/12/GBV-Global-Strategy-Report_v6-Accessible-1292022.pdf
- Unal, E. O., Koc, S., Unal, V., Akcan, R., & Javan, G. T. (2016). Violence against women: A series of autopsy studies from Istanbul, Turkey. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 40, 42–46. <http://doi.org/10.1016/j.jflm.2015.11.025>
- United Nations Organization (1993). Declaration on the elimination of violence against women. UN General Assembly. [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.21_declaration%20elimination%20vaw.pdf] acedido a 10/12/2022

Vilariño M, Amado BG, Vázquez MJ, Arce R. (2018). *Psychological harm in women victims of intimate partner violence: Epidemiology and quantification of injury in mental health markers*. Interv Psicosoc 2018; 27(3): 145-52

Vodafone (2020). Toolkit on domestic violence and abuse at work: Recognise, respond and refer. [<https://www.vodafone.com/about-vodafone/who-we-are/people-and-culture/domestic-violence>]

Weziak-Białowolska, D. et al. (2020). *The impact of workplace harassment and domestic violence on work outcomes in the developing world*. / World Development 126 (2020) 104732

Wilcox, T. et al. (2019). *Interfaces of domestic violence and organization: Gendered violence and inequality*. University of New South Wales, Australia, DOI: 10.1111/gwao.12515

World Health Organisation (2013). *Responding to intimate partner violence and sexual violence against women*. [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85240/9789241548595_eng.pdf]

World Health Organization (2012). *Understanding and addressing violence against women*. [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf] acedido a 10/12/2022

World Health Organization (2014). *Global Status Report on Violence Prevention 2014*. Geneva: WHO, 2014. [<https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>] acedido a 10/12/2022

World Health Organization (2021). *Health care for women subjected to intimate partner violence or sexual violence: A clinical handbook*. World Health Organization. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/341337/9789240022256-eng.pdf?sequence=1E>

World Health Organization (2021). *Violence against women*. [<https://www.who.int/publications/i/item/9789240026681>] acedido a 10/12/2022

World Health Organization. (2022). *Public health and the social determinants of health: WHO strategy 2022-2026*. World Health Organization.

https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/social-determinants-of-health/who_2022_plv_strategy_2022-2026_finalfile.pdf?sfvrsn=c819ff54_3&download=true

Yonfa, E., Fasol, M., Cueva, C., & Zavgorodniaya A. (2021). Intimate Partner Violence: A Literature Review. *The Open Psychology Journal*, 2021, Volume 14

Apêndice 1 – tabelas de análise de Critérios de avaliação da qualidade dos estudos

Al-Modallal (2022) Domestic Violence Against Women in the Workplace: Difficulties at the Personal and Professional Levels

Validade dos Resultados	Sim		Não	N/A
1- O artigo descreveu um problema clinicamente importante, através de uma questão claramente formulada?	2	1	0	
2- A abordagem qualitativa foi apropriada?	2	1	0	
3- A estratégia de amostragem foi claramente definida e justificada?	2	1	0	
4- Os métodos utilizados na coleta de dados foram claramente descritos?	2	1	0	
5- Os métodos utilizados na coleta de dados e as medidas de controlo de qualidade foram claramente implementados?	2	1	0	
6- A relação entre os investigadores e os participantes no estudo foram claramente explicitadas?	2	1	0	
Importância dos resultados	Sim		Não	N/A
7- Os resultados respondem à questão colocada?	2	1	0	
8- Os resultados são credíveis?	2	1	0	
9- As conclusões são suportadas pelos resultados e foram exploradas eventuais explicações alternativas para os resultados?	2	1	0	
Aplicabilidade dos resultados	Sim		Não	N/A
10- Os achados do estudo são transferíveis para outros contextos clínicos?	2	1	0	

Score total: 19

Número de questões aplicáveis: 10

Score, máximo possível: 10x2 = 20

Classificação final: (19/20 = 0,95x 100%) = 95% **Alta qualidade.**

Giesbrecht (2022) The Impact of Intimate Partner Violence in the Workplace: Results of a Saskatchewan Survey

Validade dos Resultados	Sim		Não	N/A
1- O artigo descreveu um problema clinicamente importante, através de uma questão claramente formulada?	2	1	0	
2- A abordagem qualitativa foi apropriada?	2	1	0	
3- A estratégia de amostragem foi claramente definida e justificada?	2	1	0	
4- Os métodos utilizados na coleta de dados foram claramente descritos?	2	1	0	
5- Os métodos utilizados na coleta de dados e as medidas de controlo de qualidade foram claramente implementados?	2	1	0	
6- A relação entre os investigadores e os participantes no estudo foram claramente explicitadas?	2	1	0	
Importância dos resultados	Sim		Não	N/A
7- Quais os resultados e respondem à questão colocada?	2	1	0	
8- Os resultados são credíveis?	2	1	0	
9- As conclusões são suportadas pelos resultados e foram exploradas eventuais explicações alternativas para os resultados?	2	1	0	
Aplicabilidade dos resultados	Sim		Não	N/A
10- Os achados do estudo são transferíveis para outros contextos clínicos?	2	1	0	

Score total: 19

Número de questões aplicáveis: 10

Score, máximo possível: 10x2 = 20

Classificação final: (19/20 = 0,95x 100%) = 95% **Alta qualidade.**

Showalter & Bosetti (2022) The IPV WDA: Developing an Abusive Workplace Disruptions Assessment Using Item Response Theory

Validade dos Resultados	Sim		Não	N/A
1- O artigo descreveu um problema clinicamente importante, através de uma questão claramente formulada?	2	1	0	
2- A abordagem qualitativa foi apropriada?	2	1	0	
3- A estratégia de amostragem foi claramente definida e justificada?	2	1	0	
4- Os métodos utilizados na coleta de dados foram claramente descritos?	2	1	0	
5- Os métodos utilizados na coleta de dados e as medidas de controlo de qualidade foram claramente implementados?	2	1	0	
6- A relação entre os investigadores e os participantes no estudo foram claramente explicitadas?	2	1	0	
Importância dos resultados	Sim		Não	N/A
7- Quais os resultados e respondem à questão colocada?	2	1	0	
8- Os resultados são credíveis?	2	1	0	
9- As conclusões são suportadas pelos resultados e foram exploradas eventuais explicações alternativas para os resultados?	2	1	0	
Aplicabilidade dos resultados	Sim		Não	N/A
10- Os achados do estudo são transferíveis para outros contextos clínicos?	2	1	0	

Score total: 19

Número de questões aplicáveis: 10

Score, máximo possível: $10 \times 2 = 20$

Classificação final: $(19/20 = 0,95 \times 100\%) = 95\%$ **Alta qualidade.**

Subhashchandra et al. (2022) Domestic violence and its associated factors among married women in urban Chennai: A cross-sectional study

Validade dos Resultados	Sim		Não	N/A
1- O artigo descreveu um problema clinicamente importante, através de uma questão claramente formulada?	2	1	0	
2- A abordagem qualitativa foi apropriada?	2	1	0	
3- A estratégia de amostragem foi claramente definida e justificada?	2	1	0	
4- Os métodos utilizados na coleta de dados foram claramente descritos?	2	1	0	
5- Os métodos utilizados na coleta de dados e as medidas de controlo de qualidade foram claramente implementados?	2	1	0	
6- A relação entre os investigadores e os participantes no estudo foram claramente explicitadas?	2	1	0	
Importância dos resultados	Sim		Não	N/A
7- Quais os resultados e respondem à questão colocada?	2	1	0	
8- Os resultados são credíveis?	2	1	0	
9- As conclusões são suportadas pelos resultados e foram exploradas eventuais explicações alternativas para os resultados?	2	1	0	
Aplicabilidade dos resultados	Sim		Não	N/A
10- Os achados do estudo são transferíveis para outros contextos clínicos?	2	1	0	

Score total: 19

Número de questões aplicáveis: 10

Score, máximo possível: 10x2 = 20

Classificação final: (19/20 = 0,95x 100%) = 95% **Alta qualidade.**

Weziak-Bialowolska et al. (2020) The impact of workplace harassment and domestic violence on work outcomes in the developing world

Validade dos Resultados	Sim		Não	N/A
1- O artigo descreveu um problema clinicamente importante, através de uma questão claramente formulada?	2	1	0	
2- A abordagem qualitativa foi apropriada?	2	1	0	
3- A estratégia de amostragem foi claramente definida e justificada?	2	1	0	
4- Os métodos utilizados na coleta de dados foram claramente descritos?	2	1	0	
5- Os métodos utilizados na coleta de dados e as medidas de controlo de qualidade foram claramente implementados?	2	1	0	
6- A relação entre os investigadores e os participantes no estudo foram claramente explicitadas?	2	1	0	
Importância dos resultados	Sim		Não	N/A
7- Quais os resultados e respondem à questão colocada?	2	1	0	
8- Os resultados são credíveis?	2	1	0	
9- As conclusões são suportadas pelos resultados e foram exploradas eventuais explicações alternativas para os resultados?	2	1	0	
Aplicabilidade dos resultados	Sim		Não	N/A
10- Os achados do estudo são transferíveis para outros contextos clínicos?	2	1	0	

Score total: 19

Número de questões aplicáveis: 10

Score, máximo possível: 10x2 = 20

Classificação final: (19/20 =0,95x 100%) = 95% Alta qualidade